



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE**

**PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - MEIO AMBIENTE.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 15/04/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente declaro abertos os trabalhos da quarta audiência pública da proposta de substitutivo ao PL 688/2013 que aprova o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial* da Cidade diariamente desde o dia 7 de abril de 2014. Foi publicada no jornal *Folha de S.Paulo* nos dias 8 e 10 de abril de 2014 e no jornal *O Estado de S.Paulo* nos dias 12 e 14 de abril de 2014.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), *link* Auditórios On-Line.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Andrea Matarazzo.

---

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Convido o Vereador Ricardo Young para sentar-se à mesa. Como membro da Comissão e hoje como suplente, o Vereador Ricardo Young está presente a quase todas as reuniões e em todos os assuntos referentes a questões de sustentabilidade. S.Exa. participa, nos dá sugestões e nos pressiona permanentemente.

Com a palavra o Vereador Nabil Bonduki, Relator do substitutivo ao Plano Diretor Estratégico.

**O SR. NABIL BONDUKI** – Bom dia a todos. É um prazer estar nesta audiência pública para debater a questão do meio ambiente. Quero cumprimentar nosso Presidente Andrea Matarazzo, que tem sido um grande coordenador desse processo e o Vereador Ricardo Young, que tem acompanhado as reuniões, principalmente nas questões relativas à sustentabilidade e é Presidente da Frente Parlamentar da Sustentabilidade.

Hoje faremos uma apresentação dos aspectos de meio ambiente no substitutivo. Acho importante destacar que hoje não vamos falar de todo substitutivo, porque ficaria muito extenso. Acredito que vocês já têm acompanhado esse processo de debate e de apresentação.

Destaco que o substitutivo é o resultado do intenso processo que realizamos durante seis meses que, além das 45 audiências públicas, também foi composto de muitas reuniões, muitas conversas, com Vereadores, urbanistas, ambientalistas, técnicos da Prefeitura, com a própria Secretaria de Desenvolvimento Urbano, da análise que fizemos no meu gabinete do projeto original.

Foi em função de todo esse processo que chegamos a um substitutivo que vou apresentar, com ênfase nas questões relativas ao meio ambiente. Depois, se houver alguma questão que mereça maior aprofundamento, em relação a outros aspectos, nós vamos poder talvez esclarecer ao longo do debate.

Antes de tudo, em relação ao substitutivo, informo que ele buscou contemplar as várias dimensões que são fundamentais para pensar um plano diretor para São Paulo. Aprofundamos tema ambiental que, segundo a avaliação feita por muitos que participaram do debate, estava ainda sendo tratado de maneira superficial. Aprofundamos também os aspectos de cultura, os sociais, buscando dar equilíbrio entre a dimensão econômica, imobiliária e as dimensões sociais, ambientais e culturais, para que a gente pudesse ter um plano diretor equilibrado.

No que diz respeito à política ambiental, é fundamental o fato de que ela é uma política, na verdade, uma ação transversal. Não existe um tema ambiental. Nós falamos numa audiência pública temática, como se houvesse um tema ambiental. Não temos. A questão ambiental e da sustentabilidade é transversal, articulada, portanto, com as demais políticas públicas e se relaciona com vários sistemas, articulando-se com as várias estratégias de desenvolvimento.

Temos que pensar numa política de desenvolvimento que leve em conta a questão da sustentabilidade e do meio ambiente em todas as políticas, como a de transporte, habitação, saneamento nem se fala porque já é ambiental por si só, áreas verdes. Então, todos os sistemas que estão tratados no Plano Diretor se relacionam com a questão ambiental.

A questão ambiental está tratada de vários pontos de vista: na conservação e recuperação do meio ambiente da paisagem, na proteção dos serviços ambientais providos pelos ecossistemas - nesse sentido a regulamentação do pagamento de serviços ambientais do Plano Diretor é um grande avanço -, a redução de poluição e contaminação ambiental, a proteção dos recursos dos hídricos e mananciais de abastecimento – aspecto que não preciso ressaltar da importância que tem, a atual conjuntura reforça isso -, a priorização de medidas de adaptação às mudanças climáticas – outro tema fundamental inserido nas reuniões do IPCC, que tratam dessa questão global e que nós temos acompanhado -, o incentivo e adoção de hábitos, adoções e práticas ambientalmente adequadas – o que envolve mudanças de comportamento, mudanças na produção e no consumo -, produção e divulgação de informações ambientais organizadas e qualificadas – o que garante que a formação tenha educação e informação para poder tratar esses assuntos -, e estímulo à construção sustentável.

A nossa proposta se articula com as políticas nacionais de meio ambiente. A política nacional de meio ambiente, de recursos hídricos, de resíduos sólidos, política nacional e municipal de mudanças climáticas, a Lei Federal da Mata Atlântica e o sistema nacional de unidade de conservação.

Inclusive, várias propostas que existem no Plano Diretor, e de planos que devem ser desenvolvidos, alguns já foram desenvolvidos, outros não. Por exemplo, o Plano Municipal de Resíduos Sólidos já foi elaborado pela Prefeitura e divulgado na semana passada.

Mas há outros, como por exemplo, o Plano Municipal da Mata Atlântica, que é um plano específico que tem que ser feito, assim como vários outros.

Podemos passar.

Para organizar essa política, nós temos alguns elementos fundamentais. Talvez o mais importante deles, no que diz respeito à questão ambiental, seja, por um lado, as macrozonas e as macroáreas, em particular a Macrozona de Proteção Ambiental, que tem um

papel absolutamente fundamental na organização das políticas para o território - porque o Município é dividido por macroáreas e cada macroárea tem objetivos específicos - e a Rede de Estruturação e Transformação Urbana.

A Cidade é um lugar que se transforma. O Plano Diretor busca organizar e orientar essa transformação, de modo que seja no sentido mais positivo possível, ou seja, gerem espaços com qualidade urbana e ambiental e, também, preservem as áreas que não devem se transformar ou devem ser recuperadas, do ponto de vista ambiental.

Aí temos os elementos estruturadores como a Macrozona de Estruturação Metropolitana, que é um grande elemento estruturador, inclusive porque articula não só o sistema ferroviário, muito importante do ponto de vista da mobilidade, como também os grandes rios da Cidade. A Rede Estrutural de Transporte Coletivo é elemento fundamental que tem sido muito debatido, acho que todos acompanharam isso.

Nós reintroduzimos, como elemento estruturador, a Rede Hídrica Ambiental. Foi introduzida porque no PL que foi enviado à Câmara essa Rede tinha deixado de ser elemento estruturador, mas voltou a ser no Plano atual. No PL tinha deixado de ser, mas retornou, porque realmente é fundamental como um elemento que estrutura a Cidade e que, de certa forma, representa uma contrapartida ao processo de adensamento proposto ao longo dos eixos de transporte coletivo.

As Redes de Área de Estruturação Local que são as centralidades e a articulação dos equipamentos em âmbito local.

Podemos passar.

A Cidade é dividida em duas macrozonas: uma Macrozona de Estruturação Urbana, que é essa que está clarinha no meio do Município de São Paulo e a Macrozona de Proteção Ambiental, que é essa que está verde. São duas macrozonas, ou seja, as duas grandes divisões do território. Mas ficarão mais claras. Elas se subdividem nas macroáreas, que são oito.

No próximo *slide* vamos verificar como estava no PL e como ficou agora no substitutivo. Primeiro, a Macroárea de Estruturação Metropolitana, que faz parte obviamente da Macrozona de Estruturação de Qualificação Urbana. A Macrozona de Estruturação Metropolitana continua sendo igual, mas foi subdividida em três setores, porque, na verdade, ela representa situações muito diferenciadas.

Temos ali o setor orla ferroviária e fluvial, que é o setor que acompanha os rios Pinheiros, Tietê e Tamandateí e que expressa exatamente a região que reúne não só orla ferroviária, como áreas industriais, grandes glebas e que tem um potencial de transformação muito grande. Na verdade a Cidade deve crescer nesta macroárea evitando uma expansão horizontal, então o plano diretor está baseado numa busca de redução e de limitação do crescimento horizontal da Cidade para proteger a macroárea de proteção ambiental, mas a Cidade precisa crescer para algum lugar. Então um dos lugares prioritários para o crescimento é exatamente na orla ferroviária e fluvial onde temos grandes glebas, áreas subutilizadas que têm condições, portanto, de absorver o crescimento urbano.

Depois dos eixos de desenvolvimento econômico que são exatamente as regiões junto à periferia, que fazem parte dessa estruturação metropolitana que articula, inclusive, com outros municípios, e que devem concentrar e estimular o desenvolvimento econômico.

Então temos de ter nessas regiões, a Jacu Pêssego, setor Noroeste, ao longo da Raimundo e da Anhanguera; ao Sul, no trecho da Cupecê, já em direção a Diadema e também a Jurubatuba, que são áreas de desenvolvimento econômico que buscam exatamente reequilibrar nessas regiões periféricas a relação emprego e moradia. Ou seja, são regiões que estão no meio de uma área periférica, têm potencial para atrair empregos, mas para isso é fundamental que haja um desenvolvimento e uma ação mais organizada do Poder Público.

Finalmente, o setor Central. Então esses três setores fazem parte da macroárea de estruturação metropolitana.

Outra modificação importante feita no substitutivo foi a separação da macroárea de

qualificação da urbanização consolidada em duas macroáreas. A de urbanização consolidada, que significa efetivamente a área entre rios mais urbanizada da Cidade, as subprefeituras da Sé, Pinheiros, Lapa, Vila Mariana e Santo Amaro, que são as regiões mais qualificadas da Cidade, em que se espera uma ação mais efetiva para conter um acréscimo tão grande de desenvolvimento de atividades não residenciais, e que se estimule a atividade residencial porque nesta macroárea temos 70% de moradores e apenas 20% do emprego. Portanto, é uma região que atrai uma quantidade enorme de pessoas.

Essa área foi diferenciada da macroárea de qualificação da urbanização, que é uma espécie de anel intermediário em torno da área consolidada da Cidade. Então ela foi separada de modo a garantir maior adaptação dos objetivos, de situações que são muito diferentes.

Outra separação importante foi na macroárea de redução da vulnerabilidade urbana, uma área de precariedade do ponto de vista urbano, de desigualdade, de falta de equipamentos, muitas favelas, muitos loteamentos clandestinos, mas que consideramos que era importante separar aquilo que está dentro da macrozona de estruturação urbana daquilo que está dentro da macrozona de proteção ambiental.

Então foram criadas assim duas macrozonas. A macroárea como vocês podem ver na parte de baixo a macroárea de redução da vulnerabilidade urbana que está, portanto, dentro da macrozona urbana e a macrozona de redução da vulnerabilidade e recuperação ambiental, porque o tipo de ação que deve ser feita levará em conta as questões ambientais. Essa separação é importante porque mostra que uma urbanização de favela feita na macrozona de estruturação urbana tem de ter características diferentes daquela que é feita na macrozona de proteção ambiental, onde os cuidados ambientais devem ser mais estritos.

Então estamos entrando com essa macroárea na macrozona de proteção ambiental, que tem mais três macroáreas. A macroárea de controle e qualificação urbana e ambiental, que é uma região que está na macrozona de proteção ambiental, mas admite usos urbanos. Aqui embaixo: é claro que todas as primeiras aqui são áreas urbanas e temos duas

áreas urbanas dentro da macrozona de proteção ambiental, a de redução da vulnerabilidade que já falamos, e essa de controle e qualificação da urbanização. É nesta área que podem acontecer ocupações urbanas. São áreas urbanas já com qualificação, não são zonas de precariedade do ponto de vista urbano, as que já estão ocupadas e há fragmentos de áreas que podem vir a ser ocupadas, mas com cuidados ambientais. É aí que vão estar, por exemplo, as ZEIS 4, que são zonas especiais de habitação que podem ser viabilizadas desde que respeitem a lei de mananciais e os condicionantes ambientais.

Então essas são as duas macroáreas urbanas dentro da macrozona de proteção ambiental. E depois temos as duas macroáreas que foram entendidas como zona rural. O substitutivo então introduziu a zona rural que tinha sido suprimida no atual plano diretor estratégico de 2002, ela volta então em duas macroáreas. Uma que é a macroárea de contenção urbana e uso sustentável. Essa macroárea foi desenhada de maneira a excluir as ocupações urbanas que já existem, ou seja, núcleos que são importantes, como o próprio centro de Parelheiros, a região da Vargem Grande e vários outros fragmentos de loteamentos urbanos que estão excluídos dessa macrozona de contenção urbana e uso sustentável. Elas estão nas outras duas macrozonas anteriores. De modo então que essa macrozona de contenção urbana e uso sustentável seja efetivamente uma macrozona de proteção ambiental, mas que admita usos como a agricultura orgânica, o ecoturismo, equipamentos de Educação, de Saúde, centros de convenções, atividades que podem ser compatíveis com a proteção ambiental e que permitam o desenvolvimento econômico, porque efetivamente essa é uma questão muito importante para vários debates que vamos ter de fazer hoje.

É fundamental que entendamos que esta macroárea de contenção urbana e uso sustentável deve ter desenvolvimento econômico, deve gerar emprego e criar, portanto, oportunidades para a população que, inclusive, mora próxima a ela, mas tem de ser adaptada, adequada às questões de proteção de uma região que presta serviços ambientais fundamentais não só para o Município, também para a região metropolitana e o Estado como



um todo.

Finalmente, temos a macrozona de preservação dos ecossistemas naturais, que é a última macrozona, que são as unidades de conservação, são as macroáreas que têm proteção integral e onde não se admite esses outros usos, apenas pesquisa e a proteção integral dessas áreas.

Então como veem houve uma mudança importante nas macroáreas, mas elas estiveram baseadas em fazer com que os objetivos de natureza ambiental pudessem estar mais bem adequados às condições do território do Município.

A macrozona de proteção e recuperação ambiental é uma área frágil, como já falei, devido as suas características geológicas e geotécnicas, a presença de mananciais e significativa diversidade. Presta serviços ambientais, demanda critérios específicos de ocupação e tem remanescentes florestais, área de proteção agrícola, extração mineral, portanto, é uma macrozona com toda essa diversidade e contém uma zona urbana e uma rural.

Aqui, de certa forma, já fiz referência das quatro macroáreas. Acho que podemos passar adiante e olhar como está no território.

Vejam aqui o novo mapa das macroáreas. A macroárea de urbanização consolidada, que está na cor vermelha, meio desbotada, fica meio que abraçada pela macrozona de estruturação metropolitana, que é a macrozona vermelha. É bastante interessante nos darmos conta para entender a lógica do desenvolvimento proposto pelo Plano Diretor da cidade.

Estamos contendo o crescimento nas zonas que estão em verde. O crescimento horizontal da cidade foi contido, mas a cidade precisa crescer para algum lugar, pois há demandas de tipos. Aonde essa demanda vai acontecer? Prioritariamente na zona vermelha, que está no entorno do centro expandido, na macrozona de urbanização consolidada, que tem ainda grande potencial de transformação. Isso está claro no mapa, em vez de a cidade crescer para fora, ela tem de crescer para dentro, nas regiões que se definem, de maneira planejada,

como o crescimento deve acontecer. Por isso, retiramos do substitutivo essa área vermelha, principalmente o setor orla ferroviária e fluvial dos eixos de transformação, pois são os planos urbanísticos que estão sendo feitos dentro da macroárea, como, por exemplo: Operação Urbana Vila Carioca, na Mooca; Arco do Tietê, Leopoldina – Jurubatuba. São esses planos que dirão como essas regiões se transformam, levarão em conta todos os aspectos.

Por outro lado, vemos os rabichos da macrozona vermelha – a Jacu Pêssego, ali nas zonas Noroeste e Sul; Comece; Raimundo e Anhanguera -, que são estruturadas por um sistema importante do ponto de vista viário, e penetram no meio da zona amarela. O que são as zonas amarelas? São zonas de redução da vulnerabilidade social, local em que há falta de emprego. E essa questão é ambiental. Não podemos entender questão ambiental como a preservação simplesmente dos verdes, dos parques. A questão ambiental tem de ser entendida na complexidade. Na hora em que eu aproximo o emprego da moradia, estou reduzindo a necessidade de mobilidade dentro da cidade, significando a redução do tempo de viagem das pessoas, seja nos ônibus, nos carros. Sabemos também que um dos aspectos mais importantes do efeito estufa, aliás, no Município de São Paulo o mais importante vem do problema da mobilidade, são os ônibus e os carros. Praticamente 50% das emissões são daí. Portanto, se estou aproximando o emprego da moradia estou exercendo um papel fundamental no que diz respeito à atmosfera, às emissões de CO<sub>2</sub>, no que tange à qualidade de vida, ao estresse que atinge as pessoas, que têm a ver com as condições ambientais. Por isso essa questão é ambiental. É importante que tenhamos essa compreensão, pois quando falarmos de resíduos sólidos e dos transportes, essas duas questões ambientais são as mais importantes da cidade. Elas exercem o maior papel no sentido do impacto ambiental que a cidade gera.

Quando mostramos a preocupação de reduzir a distância entre o trabalho e o emprego, estamos tratando de questão ambiental bastante importante.

Vamos passar, e não vou me estender muito, mas mostro aqui no mapa a macroárea de preservação dos ecossistemas naturais – estava no outro, mas neste mapa

vemos com mais clareza. Está ao sul do Município de São Paulo, na Serra do Mar, na Cantareira e em algumas áreas de proteção integral, alguns parques, como o Parque do Estado e outros, que são fundamentais do ponto de vista da preservação integral.

Vamos passar. Aqui temos a macroárea de contenção urbana e uso sustentável. Está aqui é estratégica do ponto de vista da proteção ambiental, pois naturalmente seria área de expansão urbana do município, se não houvesse restrições de ordem ambiental. Precisamos fazer com que ela seja valorizada, que os serviços ambientais por ela prestados sejam valorizados para que possa garantir importante ganho econômico para quem mora, para quem é proprietário dessa área. Se ela ficar abandonada, como tem ficado de modo geral, do ponto de vista de políticas públicas, o que acontecerá é o estímulo à ocupação urbana, com loteamentos clandestinos, com outro tipo de ocupação. É fundamental que sejam desenvolvidas cadeias produtivas nos setores da agricultura e do turismo. Isso é uma cadeia, não é simplesmente a pessoa que está plantando lá na ponta. É uma cadeia produtiva que pode ser desenvolvida nessa região. Também que se acessem serviços de infraestrutura, pois não há como entender mais uma zona rural como se estivesse no meio do mato, sem condições de acesso à internet, sem condições de Saúde, Educação à população que lá vive.

Vamos passar. Essa é a macrozona de controle e qualificação urbana. Como falei, a manutenção da qualidade do que está bom, temos hoje parcelamentos urbanos com qualidade nessa macroárea. É preciso haver recuperação em algumas delas, e podem ser emitidos usos urbanos desde que compatíveis com a questão ambiental.

Finalmente temos a macroárea de redução da vulnerabilidade, que exige qualificação urbana, regularização fundiária associada com saneamento e recuperação ambiental.

Aqui temos a zona urbana e a zona rural. A zona urbana reúne aproximadamente 420 quilômetros quadrados, mais ou menos 30% do total do Município de São Paulo.

Vamos passar. E para que essa estratégia seja efetivada é fundamental o

desenvolvimento do polo rural sustentável, pois essa região precisa ganhar atividade econômica. Não é simplesmente a manutenção dos agricultores lá instalados, é preciso ganhar empuxo. Para isso o fato de se criar zona rural é fundamental, uma vez que sendo zona rural poderá se beneficiar dos programas do Governo Federal relacionados com políticas rurais, como o crédito rural, Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar, assistência técnica e agrícola. É um conjunto de apoios que podem existir para a região. Por isso está proposto o Plano Municipal de Zoneamento Rural. O próprio Município de São Paulo tem grande papel com relação a ele. Por exemplo, compras públicas, focar as compras públicas do Município de São Paulo em produtos do próprio município. Dessa maneira entendemos essa zona rural como tendo multifuncionalidade e multissetorialidade. Isso pode garantir que várias cadeias se desenvolvam. O ecoturismo é importante. Quando falamos em final de semana prolongado, sai de São Paulo três milhões de pessoas, uma coisa absurda. Só que fica a maioria da população, que não vai para a praia, para a serra. Podemos então oferecer no Município de São Paulo condições adequadas de turismo, de lazer. Por exemplo, na represa, nas cachoeiras que existem nas regiões.

Então fica proposto o Polo Rural de Desenvolvimento Sustentável e a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Embora tenhamos muitos conselhos, não temos um focado nessa preocupação.

Vamos passar. No Polo de Desenvolvimento Rural Sustentável, eu não vou me estender. Está claro para todos, muitos conhecem, vou deixá-lo para o debate. Mas existem questões importantes. Uma meta tem de ser conseguida, o Plano Diretor apenas aponta para a criação de uma Escola Técnica de Agroecologia. O Plano aponta, mas é fundamental que isso se transforme numa questão prioritária para que possamos ter qualificação dos produtores que poderão atuar na agroecologia. Temos então vários objetivos a serem relacionados com o Polo de Desenvolvimento Rural sustentável.

Vamos passar. Temos algumas imagens da região. E um instrumento fundamental

para garantir a Zepam - Zona Especial de Proteção Ambiental. Ela tinha desaparecido do projeto de lei e volta no substitutivo, com dois caracteres diferentes. A Zepam da macrozona de estruturação urbana tem uma situação. E a Zepam, que são áreas especiais de proteção ambiental dentro da macrozona de estruturação urbana, são as áreas verdes significativas que devem ser preservadas. Estamos propondo então que todos os parques existentes se transformem em Zepam, de modo a que passe a ter as características da Zepam, características de proteção. Isso é mais importante para os parques propostos, pois significa reduzir a possibilidade de utilização dessas áreas. Diferentes então são as Zepam da Macrozona de Proteção Ambiental, pois essas podem receber o pagamento por serviço ambiental. A maneira de remunerar na Macrozona de Proteção Urbana é através da transferência do direito de construir, incluindo nelas, portanto, os parques propostos. Faz parte então da estratégia de implantar os parques.

Já a macrozona de proteção e recuperação ambiental não pode transferir direito de construir, esse seu direito é muito pequeno, mas pode receber pagamento por serviços ambientais, instrumento fundamental que está sendo regulamentado no Plano Diretor, que significa fazer tudo o que falamos, ou seja, garantir viabilidade econômica às propriedades que estão prestando serviço ambiental.

Vemos aqui uma Zepam na macrozona de estruturação urbana. Ela pode transferir o potencial construtivo com ou sem doação. Isso é importante. Há situações em que se transfere o potencial construtivo sem doar. Vamos dizer: uma área em que o proprietário privado preserva a área, transfere o direito de construir e recebe uma remuneração pela transferência, e na sua escritura fica registrado que ele não tem mais potencial construtivo. Eventualmente, se no futuro, e pode ser daqui a 50 anos, a Prefeitura quiser desapropriar a área para transformar em parque, ela não tem potencial construtivo, portanto, poderá ser desapropriada por custo bem mais baixo.

Outra situação é a transferência com potencial, com doação. Então a fórmula da

transferência tem fator de acréscimo. O proprietário vai receber mais quando transfere para doar. Aí ela doa para a Prefeitura essa área. Claro, é preciso que a Prefeitura tenha interesse. Não vamos poder fazer transferência de todas as áreas ao mesmo tempo, tem de haver uma limitação. O potencial construtivo adicional é limitado, isso tem de ser distribuído ao longo do tempo, dentro de um planejamento. Mas isso poderá ajudar a viabilizar os 168 parques propostos.

Podemos passar. Na macrozona de proteção ambiental as Zepam podem pagar o serviço ambiental. Então, a produção de água, a proteção da biodiversidade, a regulação climática, os proprietários poderão ser remunerados para prestar esse serviço ambiental.

Depois, quando eu for falar desse instrumento, eu vou detalhar como seria feito.

Podemos passar. Outro aspecto estruturador da questão ambiental é a sua rede hídrica, formada pelos cursos d'água, seja canalizada ou não. Temos de diferenciar os canalizados, que estão enterrados e os que não estão. Ambas fazem parte de uma rede, pois é um sistema. Na verdade, coincide com o sistema de drenagem da Cidade. Há também as áreas de proteção ambiental. Então, o objetivo da rede é ampliar as áreas permeáveis, áreas verdes significativas e arborizadas, para minimizar os processos erosivos, enchentes e ilhas de calor, equilibrando a relação ambiente construído, áreas verdes e livres, garantindo espaço de lazer e recreação; e articular e integrar as áreas de vegetação significativa, para serem criados corredores ecológicos e finalmente serem recuperadas áreas degradadas.

Temos aí uma estrutura, porque a rede hídrica forma uma estrutura, aquilo que conecta uma coisa com outra. Toda a água é conectada. Se ela nasce de qualquer lugar, vai para uma rede e ela termina no Tietê ou no Pinheiros, porque revertemos rios. Criou-se então uma confusão hídrica no nosso sistema. De qualquer maneira, vai para os nossos dois grandes rios. Isso forma uma rede, que, associada com as áreas verdes significativas, formam um sistema fundamental para que tenhamos esse equilíbrio ecológico na Cidade.

Dentro dessa linha, recupera-se também o programa de recuperação ambiental dos

fundos de vale, para se viabilizar esse sistema com toda a sua diversidade.

V.Exas. já devem ter recebido o substitutivo do Plano Diretor. Estão bem organizados aí os vários instrumentos, sejam ambientais e para fazerem valer a função social da propriedade, sejam também instrumentos de preservação do patrimônio cultural e instrumentos de reordenamento do território. Uma dessas seções refere-se a instrumentos de gestões ambientais, uma seção do título 2 do substitutivo. Dentro dessa seção, há subseções com todos os instrumentos ambientais, como o Estudo de Impacto Ambiental, Estudo de Impacto de Vizinhança, Estudo de Viabilidade Ambiental, Avaliação Ambiental Estratégica, Termo de Compensação Ambiental, Termo de Ajuste de Conduta e Pagamento por Serviços Ambientais.

O Pagamento por Serviços Ambientais está regulamentado. Os demais instrumentos hoje já estão presentes no nosso Plano Diretor. Eles sofreram algumas modificações, mas são instrumentos já conhecidos, que precisam ser aplicados no nosso município. O instrumento que já está regulamentado pode ser um modelo inclusive para que o Estado também o adote na rede metropolitana. É absolutamente fundamental que o Estado, a Sabesp e o próprio Governo Federal tragam para o Estado de São Paulo esses instrumentos. Eles devem ser implantados por meio de programas definidos pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, inclusive a remuneração por atividades humanas e manutenção, reestabelecimento e recuperação de ecossistemas provedores de sistemas ambientais. A remuneração dos proprietários ou detentores de posse mansa e pacífica de áreas com ecossistemas provedores de serviços ambientais, mediante prévia valorização desses serviços, e o disposto no artigo 36 da Lei Municipal 14.933, que é a Lei de Mudanças Climáticas, que, então, vai estabelecer quais são os serviços que devem ser remunerados, porque isso é fundamental, dentro de um ano de pagamento para os serviços ambientais. Isso porque não existiriam recursos para pagar todos ao mesmo tempo, da mesma maneira.

Então, podemos passar.

Para pagar esses serviços, a partir desse Plano, a definição de atividades, eles seriam recursos provenientes do Fema - Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Foi definida, então, uma porcentagem não inferior a 10% dos recursos do Fema, por ano. E seriam feitos chamamentos através de editais. Ou seja, o Fema abriria um edital, dentro do plano de pagamentos de serviços ambientais, por exemplo, para propriedades que preservam remanescentes da Mata Atlântica. Então, os proprietários se apresentariam para poderem ser remunerados por esse instrumento e, dessa maneira, se garantiriam as condições para que eles tivessem uma contrapartida pela preservação. Ou, por exemplo, propriedades que têm nascentes e que estão preservadas, ou em cursos d'água na região provedora de água do Município.

Então, há uma prioridade estabelecida para as APAs de Capivari-Monos e Bororé-Colônia e para as reservas particulares do patrimônio natural. O que são essas reservas particulares? São áreas particulares que são registradas como reservas do patrimônio natural e, também, pelas Zepams. Claro que isso tem de ter um monitoramento, uma avaliação contínua pelos órgãos ambientais que precisa estar bem estruturados para poder exercer esse papel.

Pode passar.

Aqui, então, as várias formas que podem ser, inclusive, a conversão de agricultura familiar para agricultura orgânica, que seria remunerada. Não seria remunerada a agricultura familiar não orgânica. Mas aquela orgânica, que é compatível, seria remunerada, e vários outros pontos que poderiam ser remunerados por esse serviço.

Podemos passar.

Aqui também acho que podemos passar. Quer dizer, são as formas de remuneração, por que serviços são prestados, serviços de provisão e alimentos e de água; reguladores, que regulam clima e inundação; serviços culturais, que fornecem benefícios recreacionais, estéticos, espirituais e paisagísticos; e serviços de suporte, formação de solo,



fotossíntese e reciclagem de nutrientes. Ou seja, uma visão ampla relacionada com a proteção ambiental.

Podemos passar.

Agora, vamos entrar na questão dos sistemas. Também não vou me estender muito aqui nos sistemas, porque todos esses sistemas que estão no Título 3 do Plano Diretor são sistemas que têm uma forte relação com a questão ambiental - e os que não têm uma forte relação também têm. Então, quais são os que têm forte relação? O sistema ambiental; o sistema de Saneamento Ambiental. Então, todo o sistema de Saneamento tem de ser entendido como um sistema que tem uma forte interface com a questão ambiental; o de mobilidade; e o sistema de áreas protegidas, verdes e livres. Então, esses sistemas são sistemas que estão mais diretamente ligados e cumprem um papel ambiental mais importante.

Mas quero dizer que o sistema de habitação, por exemplo, é fundamental para a questão ambiental. Por quê? Porque a falta de habitação é que tem gerado todo o processo de ocupação em área de fundo de vale, em área de proteção ambiental. Então, embora seja indireto, quer dizer, até se poderia dizer que é direto, muito importante. - embora ele seja um sistema cujo foco e objetivo principal é garantir as condições de atendimento às necessidades habitacionais da população. Mas a interface é muito importante. Por isso que hoje temos muito claro que qualquer política ambiental faz sentido apenas como política ambiental; não pode ser entendida apenas como ambiental, mas como socioambiental e essas duas dimensões precisam ser vistas de maneira integrada e não de maneira segmentada e, muito menos gerando conflitos entre elas, que, às vezes, alguns tentam dizer que existe um conflito entre a questão social e a ambiental. Na verdade, elas precisam ser vistas de maneira integrada e conjunta. Mas esses sistemas têm uma relação mais direta, então, com a questão ambiental.

Há algumas novidades aí, importantes. Uma delas é que o que era o sistema de áreas verdes fica mais amplo com o sistema de áreas protegidas, verdes e livres. Portanto, integrando essas três categorias num único sistema e, dentro dele, uma questão importante é a

criação de um Fundo Municipal para aquisição e áreas destinadas aos parques propostos.

Outra coisa muito importante na mobilidade é o estímulo à renovação da frota de transporte coletivo, para reduzir as emissões, e todo o Programa de corredores de ônibus e toda a prioridade para o transporte coletivo é fundamental para a questão ambiental. Quer dizer, conseguirmos fazer essa conversão que envolve muitos aspectos econômicos, de comportamento, mas fazer a conversão, posição do sistema baseado no automóvel para o sistema baseado no transporte coletivo trará um impacto ambiental muito importante para nossas cidades.

Então, corredores de ônibus, estímulo ao transporte coletivo, o adensamento ao longo do transporte coletivo que estimula o uso mais racional do carro, o uso misto nas habitações que permite que as pessoas possam consumir e obter serviços próximos de onde moram e, dessa maneira, utilizar menos automóvel para pequenos deslocamentos, tudo isso faz parte de uma lógica de operação do funcionamento da Cidade que vai ter um impacto ambiental fundamental.

E não preciso nem dizer da importância do saneamento ambiental relacionado à questão tanto no que diz respeito à política de resíduos sólidos, como em relação à questão da drenagem e do tratamento de esgotos e abastecimento de água. Todos eles têm um impacto violento na questão ambiental.

Podemos passar.

Aí o programa de recuperação de fundos de vale está diretamente ligado à questão da drenagem, assim como o estímulo ao reúso da água, as piscininhas - que é outro aspecto importante que é tratado neste substitutivo.

Podemos passar.

O Plano Integrado de resíduos sólidos, que está trazido nos seus elementos fundamentais para o Plano Diretor. Então, toda a política hoje de forte estímulo à coleta seletiva e à reciclagem, com a adoção de usinas de tratamento e de produção inclusive de

energia a partir de resíduos, sem incineração - que a incineração está banida do Município pelo Plano Municipal de resíduos sólidos. Tudo isso vai criar uma condição ambiental adequada. É esse substitutivo que vocês vão estar recebendo o texto, quem ainda não tem.

Podemos passar.

Aqui temos os equipamentos. Há uma reivindicação, principalmente do pessoal da região de Perus, para que seja retirada a localização dos equipamentos do Plano Diretor.

Estão previstos dois ecoparques - um ecoparque e um tratamento de compostagem -, na região de Perus. Há um movimento na região, contra, que acho que tem mais a ver põe o histórico do que com a proposta atual. Mas, de qualquer maneira, há uma discussão em torno disso, da organização desses equipamentos na região de Perus.

Podemos passar. Não vou me estender nisso.

O sistema municipal de áreas protegidas, verdes e livres é estratégia de qualificação, preservação, conservação, recuperação e ampliação nessas áreas e, com vários incentivos.

Podemos passar.

Ela inclui as áreas de conservação, as áreas protegidas pela legislação ambiental, às APPs, as terras indígenas, as áreas prestadoras de serviço ambiental, diversas tipologias de parques e logradouros públicos, espaços vegetados, espaços ocupados por edificação coberta, propriedade pública ou particular e cemitérios. Os cemitérios podem ter um papel importante também dentro desse sistema, uma vez que são grandes áreas que poderão ser convertidas com uma modernização do Serviço Funerário.

Podemos passar.

Há aqui um mapa, não vou me estender.

Pode passar.

Aqui é a listagem dos parques propostos. Temos, então, aí - há certa divergência nos números -, mas são, então, 168 parques propostos. Veja bem, parque proposto não é

parque existente, é proposta de planejamento. O Plano Diretor tem um período temporal e 16 anos, é importante todo mundo ter claro que nós temos aqui um horizonte de longo prazo, são medidas que vão gerar seus efeitos a médio e longo prazo. Então os parques propostos são parques para o horizonte temporal do Plano. Poderão ser implantados ao longo desse tempo. Porque quando a gente fala 168 parques, então é um número muito grande. Temos que criar condições para a preservação dessas áreas, eventualmente para sua remuneração, mas efetivamente nós não temos a garantia de que esses parques serão parques. Eles terão que ser parques numa estratégia de desenvolvimento, com recursos, com condições de regulação, com uma ação do Poder Público e da sociedade. É por isso que estou propondo também a criação desse fundo municipal para aquisição de áreas, inclusive com a participação do setor privado, que tem também que contribuir para isso.

Podemos passar. Temos a lista desses parques. Já falei bastante sobre a questão das mudanças climática, mas aí nós temos várias questões importantes que estão relacionadas com as mudanças climáticas, que é a questão de resíduos sólidos, que é a segunda maior fonte, 25% da geração de impactos na mudança climática vem de resíduos, a mobilidade, que é o primeiro, principalmente a energia relacionada com transporte, e também o pagamento de serviços ambientais e a ideia de uma cidade compacta, que está colocado no Programa Municipal de Mudanças Climáticas como uma política que deve ser implementada, ela está diretamente relacionada com isso, seja o tratamento de resíduos orgânicos, aproveitamento de biogás, reciclagem dos secos, geração térmica substituída, são alguns dos elementos que são fundamentais para a mudança climática, fora aqueles que eu já falei aqui, sobre mobilidade e a cidade compacta.

Podemos passar. Temos aqui outro elemento importante, que é um fator de redução da outorga onerosa para as construções sustentáveis, ou seja, aquelas construções que a partir de certificações elas garante fontes renováveis de energia, reuso da água, elas implicam numa redução da outorga onerosa. Isso não está sendo autoaplicável no Plano

porque ela exige um estudo mais detalhado, até para estabelecer a escala dessa redução, mas está previsto que por lei específica deverá ser já autorizada pelo Plano Diretor.

Passemos ao seguinte. Aí então nós encerramos. Queria completar aqui dizendo que eu acho que esse Plano avançou muito na questão ambiental, o substitutivo, acho que temos um horizonte importante. Claro que ajustes podem ser feitos, mas eu sei que a audiência pública aqui é para ouvir o retorno de vocês. Essa é uma audiência pública de retorno a partir de questões que já foram levantadas. Agora, de fato, efetivamente, vamos precisar também o apoio daqueles que defendem essas questões para a aprovação desse Plano, porque ele avança bastante na questão ambiental, mas aí implica em mexer com outras questões que têm outros interesses que se articulam em torno delas.

Eu acho que é muito importante que a gente possa aqui ter uma audiência pública onde se apontam os problemas do substitutivo, mas também aponte os avanços e a necessidade de aprovação desse projeto.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Quero passar a palavra ao Vereador Ricardo Young. As inscrições ficam encerradas. Temos 38 inscrições feitas.

**O SR. RICARDO YOUNG** – Vou ser muito rápido porque nós queremos ouvir as contribuições. As minhas questões estão ligadas ao mapa nº 5, das áreas verdes na Cidade.

Quando nós olhamos o mapa nº 5 vemos que na macroárea central, quer dizer, a região entre rios temos uma fragilidade imensa no que se refere às áreas verdes. E a questão que decorre é qual será o regime construtivo de agora em diante que garantirá essa permeabilidade que você citou e a preservação dos pouquíssimos rios e córregos que temos na região? Então, a questão de impermeabilidade dessa zona central e parte da zona Leste permanece praticamente intacta.

A segunda pergunta, Vereador Nabil, é sobre a área rural. Tive a oportunidade nessa sexta-feira de ir a Parelheiros e conversar com várias pessoas. Existem algumas

preocupações na região, por exemplo, a partir do momento em que essa área se transformar em rural o lote mínimo para áreas rurais são de 20 mil metros quadrados e tem muitas pequenas propriedades com um hectare e meio, um hectare. Como ficaria o registro dessas propriedades nesse novo regime?

Outra questão – isso eu pude ver – é a da especulação imobiliária que, em função da transferência do potencial construtivo já está chegando lá e o preço do metro quadrado em Parelheiros está aumentando rapidamente, porque existe a expectativa de algumas incorporadoras de comprar as áreas que hoje têm potencial construtivo para amanhã vender na Cidade.

Então, essas são duas das questões que eu gostaria de abordar e acho que podemos ouvir mais rapidamente as pessoas. Obrigado.

**O SR. NABIL BONDUKI** – Muito rapidamente, Vereador Young, em atenção às suas observações, em primeiro lugar, a transferência de construir não vale na macrozona de proteção ambiental em Parelheiros. Parelheiros não transfere, então se tem alguém especulando em torno disso está fantasiando, porque não está prevista a transferência do direito de construir da macrozona de proteção ambiental, apenas a macrozona de estruturação urbana nas áreas que fazem parte do sistema de áreas verdes.

Em relação à questão do lote mínimo, é para novos parcelamentos e isso não é definido pela lei. É definido pelo modo rural, nós até tivemos uma discussão com alguns vereadores da zona Sul sobre a possibilidade de se estabelecer – e aí é uma questão da política federal, que estabelece o lote mínimo rural – um eventual módulo rural para o Município de São Paulo menor do que os 20 mil metros. Mas, o temor é exatamente que se estabeleçam lotes muitos menores estimulando o uso urbano. Agora, não haverá problema para propriedades menores de 20 mil metros, que já são menores e já têm uma dimensão menor.

Em relação à questão da macrozona dos parques nas áreas mais consolidadas da Cidade eu não tive oportunidade de falar, mas seria importante destacar o seguinte: está claro

que temos parques propostos, que num mapa como esse, que é um mapa numa escala muito grande, às vezes não aparece todos os parques menores. Às vezes, vai um pontinho no mapa. Um parque de 20 mil metros, etc., parece muito pouco. Agora, como eu falei, são 168 parques previstos, praticamente a grande maioria na macrozona de estruturação urbana; temos a possibilidade dos parques lineares.

É claro que isso depende muito da situação de ocupação das áreas. Estão previstos nas propriedades, nos empreendimentos imobiliários de maior área a obrigatoriedade de doação de 20% - no caso de empreendimentos entre cinco e 20 mil metros, a obrigatoriedade de fazer com que 20% da área, portanto no mínimo mil metros até quatro mil serem mantidos como área de fruição pública, inclusive está definido assim no Plano Diretor, a imprensa até fez uma matéria sobre isso, que são os *pocket parks*. São pequenos parques dentro dos empreendimentos. E nos empreendimentos com mais de 20 mil metros de área a obrigatoriedade é de doação no mínimo de 25% da área para áreas verdes ou equipamentos. Então, por exemplo, um parcelamento numa gleba de 50 mil metros terá de doar 12.500 metros. Não é um grande parque, mas é do tamanho mais ou menos do Parque Buenos Aires. Não é tão pequeno assim numa situação desse tipo.

Então, são mecanismos fora a permeabilidade, que já é prevista dentro de qualquer empreendimento. Há uma busca por, nos lugares onde haverá adensamento e verticalização, liberar o solo, fruição pública e permeabilidade.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Obrigado. Anuncio a presença do nosso vice-presidente, o Vereador Paulo Frange.

Como a quantidade de pessoas é muito grande, quase 40 pessoas, usaremos dois minutos e meio rigorosamente para todos poderem se manifestar.

O primeiro inscrito é o Sr. Daniel Aymoré Ferreira, da Rede Novos Parques SP.

**O SR. DANIEL AYMORÉ FERREIRA** – Bom dia a todos e a todas.

Defender o meio ambiente é defender a vida, a saúde, o bem estar e a felicidade

das pessoas. Isso tem que ficar muito claro para a Câmara Municipal e para o Prefeito Fernando Haddad.

O Parque Augusta está fechado, ocioso e abandonado hoje há 108 dias. O Prefeito Fernando Haddad sancionou o parque no ano passado, no Natal. Por isso, queremos questionar o Fundo Municipal de Parques, porque existia dinheiro para fazer, por exemplo, o Parque Augusta e tantos outros parques, só que foi investido dinheiro para a construção do Itaquerao, mais de 400 milhões de reais. Foi investido dinheiro público sem consulta popular para reformar esta Casa com instalação de vidros blindados a 40 milhões de reais e agora não tem dinheiro para fazer outras coisas.

Por isso, estamos convocando a Ciranda Livre, Um Abraço ao Parque Augusta, no dia 19 de abril, Dia do Índio, porque estaremos juntos pedindo a demarcação da aldeia indígena Guarani às 14 horas.

O segundo ato, em defesa aos parques ameaçados de São Paulo, inclui um monte de parques. Nós temos aqui o pessoal do Parque Minhocão, do Parque do Trote, Vila Ema, Mooca. Em Parelheiros nós não queremos aeroporto; o Líder do Governo, o Alfredinho, está a favor do aeroporto. É preciso conversar com ele, Nabil, para que ele possa evitar esse desastre.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – O Alfredinho é Líder do PT, não é Líder do Governo.

**O SR. DANIEL AYMORÉ FERREIRA** – Ah tá, Líder do PT. Parque do Peruche; Praça da Paixão do Teatro Oficina; Parque da Vila Brasilândia; Chácara do Jockey, que o Haddad vetou em janeiro; Burle Marx, estão cortando árvores lá; Parque Itaguaçu; Bananal da Serra da Cantareira; a Chácara da Fonte do Morro do Querosene. São muitos parques, então não adianta vir com discurso bonito na tribuna, falar dos 168 parques, do *pocket park*, que é como as construtoras falam, com varanda *gourmet*. Nós queremos o Parque Augusta e todos esses parques.



Vou terminar homenageando a presença da D. Ana Dulce Maraschin, uma ativista de 80 anos que criou o primeiro e o segundo ato em defesa dos parques ameaçados e de todos os que lutam pelo meio ambiente: o Aliados, o organismo Parque Augusta e todos os movimentos que defendem o Parque Augusta.

É o tempo da travessia. Se não ousarmos fazê-la, permaneceremos para sempre à margem de nós mesmos. A revolução somos nós, Parque Augusta todo, sem nenhum prédio já! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado, Sr. Daniel.

Tem a palavra a Sra. Sigildes Bacelar Francesconi, da associação Piratininga dos Bairros Afins.

**A SRA. SIGILDES BACELAR FRANCESCONI** – Eu vou falar rapidamente uma coisa que mais adiante eu vou emendar. Meu pai era pediatra, minha mãe era professora de artes plásticas, meus pais me criaram dentro da realidade. Então não tinha Bicho Papão, não tinha Papai Noel, nada disso, era pura realidade. Assim foram criados os oito filhos da nossa família. Nas férias, uma vez, fomos brincar na casa de uma tia e lá tinha as duas filhas delas e ela começou a brincar com aquela história: “Faz de conta que aqui é uma fazenda. Faz de conta que esse esmalte de unha aqui é uma pessoa. Faz de conta...” e aí eu, que fui criada na realidade, mais adiante vou dizer isso para vocês.

Minha filha passou em dois concursos, um municipal, outro estadual, por essa razão foi trabalhar no Ministro Oscar Dias Correia e no Pera Marmelo. Por essa razão eu vendi duas casas e fui procurar uma residência próxima de onde ela trabalhava, porque eu já sou aposentada, meu marido também, e aí não é o pai dela, mas é meu marido. Mas o que aconteceu? Achamos lá um loteamento. Fui lá e tinha um monte de casa bonitinha e tinha sim terreno. Comprei o terreno pertinho dos dois empregos da minha filha. Aí vai entrar a Sabesp, vai entrar a Eletropaulo, vai entrar não sei o quê, resultado, fomos descobrindo que a Eletropaulo não pode colocar luz na rua e por essa razão estou com joelho machucado porque

cai ontem à noite, é escuro e a gente tropeça, escorrega no cascalho porque não tem asfalto e cai. A Sabesp não pode entrar, botaram um tubo preto lá para todo mundo tirar sua água. O que ocorre? Como é uma descida tem gente que bota o T no tubo e bota um pedaço de pau para impedir que a água desça. Nesta semana quase que mataram um, o pai de duas crianças, inclusive uma deficiente física, quase matou o outro por causa disso.

Eu vendi duas casas para comprar esse terreno, terminamos de pagar em 2005. Hoje existem 69 residências com mais de 127 núcleos de família. Não temos água, correio não entra, não tem saneamento básico, não tem asfalto, dois processos para regularização fundiária foram arquivados. Mas acontece o seguinte, que quando a gente vai no CDHU eles mostram um papel assim com uma floresta enorme, mas não tem essa floresta, está tudo construído lá e eu quero saber onde está no Plano Diretor a regularização fundiária da Alex Jafet, 2.055.

---

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Vou pedir que as pessoas se mantenham dentro do tempo para darmos oportunidade a todos.

Tem a palavra a Sra. Silvia Leite, do Conselho Participativo do Campo Belo.

Vamos dar mais algumas perguntas para depois serem encaminhadas ao Vereador Nabil Bonduki, que vai respondê-las. O objetivo da audiência pública é exatamente esse.

**A SRA. SILVIA LEITE** – Bom dia a todos. A questão é a seguinte, como vamos daqui para a frente, depois de aprovado o Plano Diretor, partir para os planos regionais e de bairro, nós gostaríamos de ter algumas diretrizes ambientais para esses outros planos. Então, por exemplo, seria interessante ter para esses dois novos planos a implementação prioritária de áreas verdes em áreas que serão focos de eixo de estruturação e AIUs, Áreas de Intervenção Urbana, porque essas áreas, como é o caso do nosso distrito, tem sofrido bastante com as intervenções e neste sentido também gostaria de, aproveitando o ensejo, apesar de existir legislação própria, já que o TCA está sendo referido no Plano Diretor; colocar

percentagens mínimas de manutenção. Acho isso interessante. Observamos, por exemplo, no nosso bairro, que uma série de empreendimentos e, nesse sentido, não podemos ter preconceitos em relação a tipos de empreendimentos, porque podemos ter uma construtora, uma empresa, uma loja ou uma casa que sejam ambientais. Não é porque se trata de uma categoria específica que não há preservação. No nosso bairro há prédios que preservam áreas imensas, maiores do que parques. Há também uma mineradora no nosso bairro que tem um verdadeiro parque em volta.

Por isso é interessante mantermos áreas mínimas para todos em termos de legislação, porque como observamos na Rua Vieira de Moraes, com o tempo, por causa de uma série de exceções, vão sumindo as árvores das calçadas. Então, é interessante manter esse mínimo legal para que haja essa manutenção.

Outro ponto que acho interessante esclarecer é quanto ao artigo 258 que fala de atividades em parques e equipamentos sociais. Nesse sentido, acho interessante colocar algum percentual mínimo de respeito ou que se faça também, como nas Cepacs, um aumento de área verde em outros parques. Que haja também uma compensação nesse sentido.

Por último, como tivemos essa grande conquista na 6ª Conferência, por ocasião dessa reunião, conquistamos dentro do Fundurb as áreas verdes e acho interessante mantê-las como prioridade, não só como o inciso IV.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado, Sra. Silvia Leite. Está presente a representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sra. Patrícia Sepe.

Com a palavra o Sr. Laerte Brasil, da Fan São Paulo Trabalho e Empreendedorismo.

**O SR. LAERTE BRASIL** – A organização é um órgão da Central do Trabalho e Empreendedorismo das Nações-Cidades do Globo Terrestre, Sustentabilidade e Vida, mas

devemos pautar aqui sobre a água. A Central tem, agência internacional do planeta sustentável e cidades, águas.

Há vinte anos eu apresentei um projeto para recuperar o Rio Tietê, que seria construindo duas redes para interceptar os esgotos industriais, residenciais e comerciais. Hoje são jogados mais de 1,250 bilhão de litros de água e resíduos contaminados.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – É aquele projeto com flotação?**

**O SR. LAERTE BRASIL – Aquele do Rio Tietê?**

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – É.**

**O SR. LAERTE BRASIL – E assim instituindo o estatuto das águas, integrando todas as cidades da bacia do Rio Tietê e assim construindo usinas ou centrais de tratamento em cada cidade. Dessa forma teríamos um rio recuperado.**

Também participei, cerca de 20 anos atrás, na Europa, em Lisboa, de uma Conferência Internacional do Meio Ambiente onde expus a tese de que os países do planeta poderiam captar água do mar, tratar tirando o sal e transformando em água doce. Expus esse projeto no Estado de São Paulo na 1ª Conferência Nacional do meio ambiente.

Então, Vereador Young, o primeiro país que visitou Israel é o primeiro país, hoje, que usa 30% de água dos oceanos e tem água abundante. Se fosse implementado, os políticos hoje que vêm sucateando os cofres públicos, só o montante de dinheiro roubado do meio ambiente, que chega 355 bilhões, daria para ter implementado essa tecnologia e hoje o Brasil e a cidade de São Paulo teriam água em abundância e esse projeto teria gerado mais de 10 milhões de empregos indiretos.

O que o governo faz é ficar com a boca escancarada esperando cair água da chuva que não vai resolver, pois a água que cai nas bacias é despejada no Uruguai e no Paraguai. Se não tiver investimento, política pública, tecnologias e trazer água tratada para as torneiras, São Paulo e as demais cidades vão ficar sem água.

É o que eu tinha a dizer. Muito obrigado pela palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado, Sr. Laerte.

Sr. Mauro Scarpinatti, Rede Mananciais Espaço.

**O SR. MAURO SCARPINATTI** – Bom dia a todos. Eu vim aqui para lembrar a todos do problema enorme de escassez de água que a cidade de São Paulo está vivendo. Uma escassez inédita e que, segundo os dados do IPCC, São Paulo terá de aprender a conviver com escassez de água, que já era escassa, e com essas enchentes que normalmente acometem a Cidade em períodos como o verão.

Eu costumo dizer, como diz um amigo, que São Paulo da terra da garoa virou a terra da lagoa, pelo menos no verão. Acabou a garoa e as mudanças climáticas estão aí para mostrar.

Quero colocar algumas questões que são fundamentais que estejam no Plano Diretor. Primeiro, queria que voltasse o Parque Manancial Paiol que estava previsto no plano do Executivo e, misteriosamente, sumiu. Alguns Vereadores lembram que tivemos audiências públicas no ano passado e esse parque é exatamente no cantinho onde se quer fazer um aeroporto na cabeceira da Represa Guarapiranga ao lado do principal formador da Represa, que é o Rio Embu-Guaçu sobre várias nascentes que alimentam o rio e que jogam para a Guarapiranga. Ou seja, estamos em período de escassez de água. A quem interessa esse tipo de coisa?

Outra questão fundamental que deve estar no Plano Diretor é o pagamento por serviços ambientais, exatamente para garantir o que o Nabil já colocou, mas eu vim defender e reiterar isto: para garantir que aquela população que tem áreas nessas regiões que produzem água para que continuem produzindo água.

Para finalizar, a cidade de São Paulo, historicamente, esteve subordinada à especulação imobiliária, à barbárie urbana e ao vandalismo urbano da especulação imobiliária. Está na hora da gente dizer não a essa barbárie, a esse vandalismo e dizer sim ao direito à Cidade. (Palmas)

**O SR. ANDREA MATARAZZO** – Muito obrigado, Sr. Mauro Scarpinatti.

Sr. César Pegoraro, do SOS-Mata Atlântica.

**O SR. CÉSAR PEGORARO** – Bom dia.

Há questões bastante emblemáticas. Pelo tema da audiência pública de hoje, as questões ambientais, muitas pessoas presentes desejam uma cidade mais sustentável, mais “ecologizada”, com mais vida. Como o Mauro colocou, vou fazer um reforço a coisas que já foram comentadas. Fica valendo o reforço.

Quero dizer que estou aguardando a chegada de um ofício, vindo da SOS-Mata Atlântica, que será uma contribuição ao artigo 269, que fala sobre o Plano Municipal de Mata Atlântica. Ali tem algumas contribuições para deixar o texto mais interessante.

E há outra questão: com a entrada do Plano de Mata Atlântica no município, também temos a preocupação de que ele seja realizado antes da Lei de Ocupação e Uso do Solo; inclusive para fortalecer e valorizar essas áreas naturais e para termos definidas essas áreas de preservação, em especial o da Mata Atlântica.

Agora um reforço à questão não só do Parque Mananciais Paiol, mas acho que de todos os parques. Foi mencionado um monte de parques que estão pendentes de serem executados, de serem entendidos e apoiados. Então, quero reiterar sobre o Parque Linear Água Podre. Para quem não sabe, é o parque linear mais caro da cidade. Já se gastou 33 milhões e não existe nada de parque. Houve desapropriações, há projeto executivo, decreto de criação, mas nada existe ali.

Outra questão é o apoio total à questão da rede hídrica. É muito interessante rever o programa de recuperação de fundo de vale aparecendo no substitutivo, já que não foi citado na primeira versão do PL.

Para concluir, um reforço para que tenhamos, de fato, essa questão do pagamento pelos serviços ambientais associados tanto a essa proposta da zona rural – que é bastante interessante – como também as macro-áreas de contenção urbana sendo, de fato, uma

estratégia para fortalecer a manutenção e a preservação de áreas tão importantes que oferecem qualidade para a cidade de São Paulo. (Palmas)

**O SR. ANDREA MATARAZZO** – Obrigado.

Sr. Augusto Aneas, do Parque Augusta – Rede Novos Parques.

**O SR. AUGUSTO ANEAS** – Bom dia.

Meus comentários serão a partir mais da qualidade de informações do último substitutivo, a coerência de informações do plano como um todo. Começo falando do Parque Augusta, que está como parque proposto, que será (inaudível) em todos os parques, propostas existentes, mas o plano como um todo contém dados contraditórios. Por exemplo, a mesma área do Parque Augusta consta como estando dentro da zona de eixo de transformação como área de incentivo à verticalização e adensamento. Então, existe uma contradição de informação nos mapas.

Solicitamos que saísse essa área desse mapa, do eixo de transformação, área do parque. A mesma coisa, também, para o endereço do parque, que consta da lista como Marquês, mas na verdade é Rua Augusta. Parece um detalhe, mas isso é importante para legitimar que todo o parque vai ser 100% público e sem torres. Esses são os comentários em relação ao Parque Augusta. No geral, tenho um comentário em relação ao mapa 5, de áreas verdes, que na verdade não é de áreas verdes, mas de áreas protegidas, verdes e espaços livres.

Tendo como ação prioritária no Plano esse foco ambiental e ser a lei federal de Mata Atlântica, acreditamos que este mapa deveria ser mais cuidadoso em relação a todos os resquícios de Mata Atlântica que têm no território. Esse mapa não está dando conta. Ele mostra os parques existentes e propostos, mas sabemos que existem várias áreas menores e residuais de Mata Atlântica que deveriam constar desse mapa já que é um mapa de áreas protegidas e verdes. Esse mapa está arbitrário e precisa ser trabalhado.

Sobre a política de financiamento dos parques, além do FEMA, do fundo novo do

TCA, acho que seria interessante também propor esse balanço dos incentivos dos eixos de transformação, que tem esse foco em adensar a Cidade, e acredito que poderiam ser compensadas as áreas livres com essas áreas de estímulo ao adensamento. Uma política de financiamento que balanceia as duas coisas de forma mais objetiva. (Palmas)

**SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado.

Sr. Brissac, por favor, Subprefeitura de Parelheiros.

**O SR. DALTRO BRISSAC** - Bom dia a todos. Meu nome é Daltro Brissac. Sou do planejamento de Parelheiros e viemos trazer algumas sugestões para o Plano.

Um dos aspectos importantes é que o perímetro da zona rural está aprovado, mas precisa de alguma revisão. O Vereador Nabil já salientou esse aspecto e vou ratificar alguns pontos que ele já mencionou.

No § 27, da Lei de Uso e Ocupação do Solo, § 1, sugerimos que se excetuam da zona rural os loteamentos urbanos aprovados pelo Município em data anterior à promulgação dessa lei, os assentamentos urbanos consolidados – aprovados ou não – existentes antes da promulgação da lei.

O § 2, nós temos o perímetro rural que poderá ser mais bem definido por ocasião da elaboração do uso da Lei de Ocupação do Solo e dos planos regionais das Subprefeituras de Capela do Socorro e Parelheiros desde que respeitado o disposto na legislação referente às unidades de conservação municipais, estaduais, seus planos de manejo e zonas de amortecimento.

A justificativa é que não podemos incluir como áreas urbanas, áreas não urbanizadas conforme as normas urbanísticas, ou seja, elas têm de ter a característica de urbana.

A Lei 9413/81 e as normas complementares permitem regularizar os loteamentos e são aquelas que definem o urbano. As tipologias definidas para fins rurais são aquelas ocupações que passaram pelo crivo da Lei 9413 e as leis complementares para o perímetro



urbano. Os perímetros são objeto de regularização e não podemos dizer que são urbanas ou não se ainda não passaram pela análise do Resolo.

Então, em Parelheiros, temos muitas chácaras que contribuem muito para a agricultura periurbana. A nossa sugestão se baseia em que temos de criar uma lei ou semelhante à anterior existente, que foi revogada, Lei 9412, que estabelece loteamentos menores para podermos regularizar essas chácaras. Essa é a ideia.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - Já terminou o tempo. Se não ficarmos rigorosamente dentro e eu não consigo dar andamento.

Por favor, vamos tentar ficar dois minutos e meio.

Tem a palavra a Sra. Márcia Vairoletti, Frente Moradores e entidades e Atos Comolatti, Associação Parque Minhocão.

**A SRA. MÁRCIA VAIROLETTI** – Bom dia a todos, a Frente é integrada por três entidades que eu gostaria de mencionar: Associação Morumbi Melhor, Amigos do Panamby, Movimento Defesa São Paulo e o Cades Butantã.

Vereador Nabil, queria fazer uma primeira pergunta ao senhor, como é que foi feita a tabulação das demandas que foram apresentadas na audiência pública? Porque na audiência relativa ao meio ambiente colocaram demandas que foram elogiadas pelo senhor, pelo Secretário Fernando Mello, de que tinha sido uma das melhores audiências pelas contribuições.

Por incrível que pareça, eu não consigo localizar. Porque o 688 que nós fizemos aqui não é este plano substitutivo. Ele aumentou o volume, a questão ambiental aparece de cabo a rabo, todos os artigos falam em meio ambiente, em sustentabilidade, falam de recursos hídricos. É algo monstruoso.

Não sei como foi tabulado isso e onde se descobriram tantas coisas novas que foram inseridas, que eu não me recordo – não sei se cochilei –, mas não me recordo de termos debatido isso.

Entre todas, vou citar duas que estão chamando a atenção: criou-se agora o setor de orla ferroviária, etc., que você coloca, por exemplo, a Água Espraiada, Faria Lima e a Chucri Zaidan, que são Operações Urbanas. O lado que está citado no Plano é o lado de lá, que já não tem mais nada para fazer em questão de urbanismo, de meio ambiente, de preservação, de potencial construtivo, já está tudo detonado.

E o lado de cá, setor Marginal Pinheiros da Água Espraiada, ele já começou a ser devastado. Os córregos, as nascentes, os empreendimentos, os desmatamentos, não sobrou nada.

A pergunta é: como que você vai aplicar isso que está escrito no papel, na realidade de uma cidade. Não tem como.

Vereador, vou pedir por gentileza para o senhor, porque a gente ficar aqui, falou bastante.

Eu gostaria só de colocar mais uma questão: colocar fundo de vale, recursos, cursos d'água e engrenagem é alguma coisa assustadora. Isso aí deveria ter alguma coisa ligada à governança de água. Então, a minha pergunta para o senhor é: quem elaborou e de onde surgiram essas demandas e as questões ambientais para esse substitutivo do Plano Diretor.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Sr. Atos Comolatti, por favor.

**O SR. ATOS COMOLATTI** – Obrigado aos Srs. Vereadores e aos presentes, a minha colocação é simples. A gente tem uma associação que defende a transformação do Elevado Costa e Silva, num parque municipal linear. Para isso, solicitamos formalmente a inclusão desse parque no quadro sete, dos parques planejados.

Simplemente, gostaria de saber se isso foi contemplado, porque a gente tem solicitado nas audiências e até agora a gente não sabe se isso aconteceu ou não.

Essa solicitação também está embasada, porque existe na Casa, aqui na Câmara,

um projeto de lei de autoria de sete Vereadores, inclusive dois que subscreveram, o próprio Nabil e o Ricardo Young, que é PL 10/14, que cria o Parque Minhocão, no momento em que os carros não circulam, ou seja, quando os carros não estão circulando, isso tornaria, formalmente um parque. Que prevê também a desativação gradual em um prazo de quatro para ter tempo Executivo de buscar soluções viárias para os veículos. Gostaria de saber se isso está sendo contemplado no Plano Diretor, a inclusão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado Sr. Atos Comolatti. Com a palavra a Sra. Ana Maria Brisc.

**A SRA. ANA MARIA BRISC** – Bom dia. Sou Bióloga, trabalho na divisão de Fauna da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, órgão que existe desde 1992, e que trabalha com Fauna Silvestre na Cidade de São Paulo. Faço questão de dizer que existe Fauna Silvestre na Cidade de São Paulo, temos publicado no site da Prefeitura do Município de São Paulo uma lista de 2010 onde constam 700 espécies. É o produto de inventário de 81 áreas, dentro do Município de São Paulo e a grande biodiversidade que existe, de riqueza de espécies, está nos extremos Sul e Norte da Cidade, que são as regiões de proteção de manancial. Pegamos o PL e analisamos do ponto de vista de estar vendo a questão da fauna. Fizemos vários apontamentos e acreditamos ser bem importante que conversão em zona rural e preservação, ela insira prioridade aos sistemas orgânicos, porque faz parte, inclusive, da lei de agricultura orgânica a Lei 10831 de 2003, está citado no texto a preservação dos ecossistemas. É muito importante que seja feita essa agricultura esteja conversando com o Meio Ambiente. Existe uma riqueza muito grande de biodiversidade de fauna e a gente faz solturas, inclusive dos animais recuperados, quando estão aptos a soltura, fazemos a soltura principalmente na zona Sul da cidade São Paulo. Temos o projeto soltura de Bugios, com monitoramento, com radio colar, projeto financiado pelo FEMA. Tivemos resultados interessantes e fizemos vários apontamentos com relação à fauna e gostaria de colocar a questão muito seria da implementação de um aeroporto em uma região que tem uma grande riqueza de aves que é a

região das represas. Inclusive tem fluxo diário, deslocamentos diários de milhares de aves: biguás, garças que constituem um perigo aviário extremo. Então seria uma irresponsabilidade muito grande colocar um aeroporto em beira de represa. Obrigada! (palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Sra. Ana Maria, onde fica o departamento de Divisão de Fauna Silvestre?

**A SRA. ANA MARIA BRISC** – No momento está no Parque Ibirapuera, e tem uma sede sendo construída no Parque Anhanguera. Temos duas sedes: No Parque Anhanguera e outra no Parque Ibirapuera.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Podemos visitar?

**A SRA. ANA MARIA BRISC** – Pode sim! Com certeza. Sendo agendado. Depois passamos o telefone.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Com a palavra a Sra. Caroline Borquete, do Conselho Roosevelt.

**A SRA. CAROLINE BORQUETE** – Bom dia a todos. Tenho uma cadeira como representante da sociedade civil, no Conselho da Praça Roosevelt. É o primeiro conselho de praças da Cidade de São Paulo, e me intitulei dessa forma, porque acredito que sustentabilidade é uma coisa muito mais ampla, do que a gente pensa só em áreas verdes. Isso, muitas vezes pode dar uma cara de “riponga” e não é o caso. Estamos falando em mobilidade urbana, em impermeabilidade do solo, em barrar essa especulação imobiliária, esse vandalismo imobiliário como alguém já falou aqui. Sou ativista do organismo Parque Augusta, como muitos aqui, estou muito feliz de ver essa Casa cheia e preocupada com isso e queria, principalmente, salientar essa questão especulativa. O organismo Parque Augusta como todos movimentos que prezam pelas áreas verdes da Cidade, não querem ceder ao potencial especulativo que vemos. Quer dizer, que temos muitas alternativas que podemos ajudar a construir um Plano Diretor consciente onde a gente saia dessa ratoeira onde a transferência do potencial construtivo possa acabar nos prejudicando. Então, temos sim, um estudo que mostra

que não iremos ceder a especulação imobiliária e que existem alternativas para não se pagar os 200 milhões que Haddad afirma que não é possível desapropriar o terreno do Parque Augusta para isso. O Daniel Aymoré, falou em toda oneração que deu reformar essa casa, e tantos outros gastos, mas sabemos que é possível fazer. O parque está com muitas multas, têm muitas irregularidades dentro do terreno, desde que o terreno foi fechado. Tem acumulo de lixo, árvores caindo. Acredito que o parque está correndo mais risco fechado, que é o que as construtoras dizem que estão preservando o terreno, mantendo ele fechado, A gente acredita que não, que ele está correndo mais risco estando fechado e que a temos alternativas para não pagar 200 milhões de reais pela desapropriação desse terreno.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado. Com a palavra a Sra. Elisa Mouro.

**A SRA. ELISA MOURO** – Vou falar exatamente, porque não acho que estamos aqui todos como cidadãos. Tenho a prática, cidadã, independente da existência dessa palavra “somos”, porque o “somos” estamos conquistando. Não somos ainda. Minha companheira, que não está aqui, trouxemos oito salas virtuais e duas representantes de ação real desse processo de retomada do nosso espaço cidadão, dentro da casa, e eu gostaria de agradecer, profundamente, ao Nabil, e ao Young, que foram duas pessoas que, desde o início, que pedimos para inclusão individual do ser, individual, não grupo de pessoas. Porque trouxemos os alunos para mostrar a eles, que cada um deles, são realmente cidadãos e que se eles tiverem aqui, temos mais força ainda. Então é isso. Esse é meu papel e agradecer a força, tanto do Young, quanto do Nabil, que fiquei super agradecida do nosso fim de semana no Anhembi, porque fiz, umas questões, fui super bem atendida e isso para mim, fez uma grande diferença. É mais para registrar esse momento brasileiro, que é, queira ou não, que estamos na prática, todos aqui estão na prática, quem tem mais de 50 anos, desde 1976, quando foi aberta a possibilidade de voltar para um ambiente que era nosso. É isso. Muito obrigada!

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Com a palavra, o Sr. Davi Martins, da

liderança Indígena.

**O SR. DAVI MARTINS** – Sou Guarani, aqui do Município de São Paulo, represento como liderança os Guaranis desse Município. Gostaria muito de falar sobre o avanço dos mapas que foram revistos, das terras que estão em processo de homologação, isso foi bastante importante e também queria falar sobre a questão da macrozona de proteção ambiental, onde entraram nesses territórios. Porém, na terra do Jaragua, ficou uma parte fora dessa área de proteção. Protocolamos junto com a FUNAI um documento pedindo para que fosse revisto isso, porque tem um pedaço da terra do Jaragua que entrou como macroárea de estruturação metropolitana e se sobrepõe em terras indígenas. Sabemos que aquele pedaço para gente é muito importante ser preservado. Sabemos que a especulação imobiliária não vai dificultar o desenvolvimento da Cidade de São Paulo em uma área que para gente é importante para nossa sobrevivência. Peço que seja revisto essa área e que fosse colocada como área de proteção ao invés de uma área de desenvolvimento urbano, que não tem necessidade nenhuma de desmatar a nossa natureza e acabar com a nossa vida naquele território. Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Com a palavra o Sr. André Bezotti, do Instituto cinco elementos.

**O SR. ANDRE BEZOTTI** – Bom dia a todos. Inicialmente gostaria de trazer um questionamento de cadê os outros vereadores, porque acho muito engraçado realizarmos uma audiência publica aparecer quatro vereadores os outros não vem...

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Que outros?

**O SR. ANDRE BEZOTTI** – Não têm outros vereadores?

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Não! Depende da comissão.

**O SR. ANDRE BEZOTTI** – Não. Vereadores na Casa...

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Estão em outras comissões. Têm outras audiências públicas das diversas comissões.

**O SR. ANDRE BEZOTTI** – Acho engraçado, nobre Vereador, que a gente vem participando, desde quando o Plano Diretor estava nas discussões Executivo, em quase todas as audiências eu ouço falando “não” ao Aeroporto, e quem diz “sim” ao aeroporto nunca aparece, e acredito ser ruim estarmos em um espaço de discussão pública e certas articulações não são feitas aqui. É muito delicado...

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Sou obrigado a questionar: que articulações?

**O SR. ANDRE BEZOTTI** – Nos bastidores.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Onde tem uma articulação? Audiência pública está sendo feita tudo aqui. Onde vocês viram no relatório do substitutivo tem aeroporto? Está posto o aeroporto?

**O SR. ANDRE BEZOTTI** – Não! Não está posto.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Está nos jornais. Não está no substitutivo. Está se fazendo as audiências públicas, os vereadores vêm, debatem, terão mais audiências públicas, tem votação em plenário, serão discutidas as emendas. A democracia é assim. É sua opinião, não a de outras pessoas. Cada um tem a sua. É importante participar como está sendo participado, discutir como está sendo discutido, mas não com ironia. Acho que você tem todo o direito de discordar. Não com ironia. Discorda. Discorda. Não tem problema. Não é engraçado. Os outros Srs. Vereadores estão nas audiências públicas, em outras reuniões. Enfim, os da comissão estão, participam e terão outros debates, inclusive no plenário depois que a comissão votar. Aliás, vota dia 23. Pode começar sua fala.

**O SR. ANDRE BEZOTTI** – Ok nobre Vereador. Primeiramente, gostaria de fazer um questionamento, onde estão os outros Srs. Vereadores, porque acredito que eles têm de estar no espaço público discutindo com a população sem ações secretas nos bastidores. Agora sem ironias.

Gostaria de comentar que senti falta dentro do substitutivo de um sistema de

segurança alimentar e nutricional. É muito importante considerarmos o sistema de abastecimento da cidade, de alimentos de qualidade e quantidade. Alimentos de preferência orgânicos e que sejam produzidos no Município. Parabeno a existência da zona rural, porque acho que não existe cidade sem zona Rural, se isso em algum momento for tirado, é muito bom que isso esteja voltando, reiterar que isso permaneça e também reiterar que a cidade seja rural. Fazemos uma divisão de urbana e rural para fins muito mais pedagógico, enfim, de organização, mas temos de trazer os produtores para dentro dessa cidade, temos de trazer mais zonas permeáveis dentro dessa cidade, temos de trazer a natureza para perto das pessoas.

Quero parabenizar a reinclusão das ZEPANs. Zonas importantíssimas para garantir o meio ambiente qualificado para toda Cidade, em especial, incluir nas ZEPANs as nascentes, as zonas de drenagem de toda a Cidade. O meio ambiente qualificado para toda Cidade, em especial, incluir nas ZEPANs as nascentes, as zonas de drenagem de toda a Cidade. Não podemos colocar as ZEPANs só na zona Sul e zona Norte da Cidade. Temos de enxergar a Cidade inteira. Ela recebe água. Existem nascentes urbanas e rios urbanos que são soterrados. Precisamos observar esses rios e entender como podemos iniciar um processo de revitalização e até se possível, a abertura deles para a fruição pública e drenagem da Cidade.

Parabeno a questão dos pagamentos por serviços ambientais, que para mim é um instrumento que permite trazer a questão do meio ambiente de forma mais palpável e também pedir o pagamento de serviços ambientais urbanos para remunerar os carroceiros, os catadores de reciclados, que prestam serviços ambientais incríveis e que não foram considerados neste plano no pagamento de serviços ambientais.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Sandra Steinmetz. André, muito boas as suas colocações.

**A SRA. SANDRA STEINMETZ** – Bom dia a todos. A gente, da SOS Mata Atlântica,



está com um programa de fomento aos planos municipais da Mata Atlântica e trouxemos uma proposta de substituição do artigo 269.

É muito importante e estamos felizes que o Plano Municipal da Mata Atlântica foi incluído no Plano Diretor, é uma forma muito boa de fomentarmos esses planos e fazer efetivar a lei da Mata Atlântica.

Vou deixar a proposta, acho que não vale a pena a gente ler, são detalhes, mas a SOS está à disposição para conversar com a Comissão depois para esclarecer ou incorporar mais coisas ao plano.

Preocupa-me a implantação dos planos. Causa um problema de gestão a gente ter tantos planos quando tudo poderia estar alinhado em um plano só, que seria o Plano da Mata Atlântica. Então, temos Plano Municipal de Áreas Protegidas, Plano de Recuperação, Plano de Arborização, e o Plano Municipal da Mata Atlântica. Fica difícil depois, em minha opinião, da gente gerenciar e implantar. Já temos uma dificuldade enorme entre os órgãos da Prefeitura de se comunicar, imaginem com vários planos para consultar. O que um plano diz e o outro não? Talvez fosse melhor incorporar tudo em um plano não perdendo as ações que estão propostas aqui, mas incorporar tudo no Plano da Mata Atlântica para ficar uma gestão mais fácil depois.

Vou deixar o ofício com a proposta de substituição do artigo e a SOS fica à disposição da Comissão para conversar sobre o Plano da Mata Atlântica e como a gente poderia incorporar os outros planos nele. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Antônio Cunha, Movimento Belo.

**O SR. ANTÔNIO CUNHA** – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de deixar meu protesto pelo fato de que essas audiências cobrem mobilidade, meio ambiente e habitação, mas não cobre especificamente uso e ocupação do solo, que é onde a coisa efetivamente pega.

Em segundo lugar, o nosso carro chefe de atuação é a defesa das zonas estritamente residenciais como instrumento de reversão da degradação ambiental, conforme foi

copiosamente provado. A experiência das zonas estritamente residenciais é a única experiência concretamente comprovada de eficácia no combate à poluição ambiental, conforme documentação que juntamos no dia 19 de dezembro nesta Casa e conforme copiosa documentação que o Movimento Defenda São Paulo e todas as outras associações vêm juntando, sistematicamente, nessa Casa e que é, também sistematicamente, ignorada no refazimento desses projetos de lei do Plano Diretor.

Não entra. Nunca entram as zonas estritamente residenciais como instrumento de combate à poluição atmosférica. Nós provamos isto, aliás, não fomos nós provamos, foi o satélite que provou.

O arquipélago de zonas estritamente residenciais que é concentrado no vetor sudoeste da nossa cidade coincide milimetricamente com a única área de refrigeração da zona urbana de São Paulo. O resto é tudo ilha de calor.

Portanto, se essa experiência fosse replicada pelo resto da Cidade, teríamos a solução de metade de nossos problemas ambientais que estão na área urbanizada e não apenas na área de proteção ambiental envoltória da Cidade.

Isso vai na linha do que disse o Vereador Ricardo Young, pois, nessa área urbana consolidada, é que acontece 90% do viver em São Paulo. É nessa área não tem nada que, efetivamente, proteja a nossa cidade dos impactos ambientais.

Então, quero protestar e pedir, veementemente, que essa experiência exitosa seja realmente considerada, pois é a única que foi provada e que pode, efetivamente, reverter a situação ambiental calamitosa nessa cidade. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado, Sr. Antonio.

Anuncio a presença do Vereador José Police Neto, membro da nossa comissão.

Com a palavra o Sr. Dimitri Auad, do Consema.

**O SR. DIMITRI AUAD** – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, gostaria de fazer duas ponderações à apresentação do Vereador Nabil Bonduki.

Foi dito que das temáticas mais relevantes, hoje, seria o transporte de resíduos sólidos. Queria dizer que, para mim, água, hoje, é o mais relevante.

Outro aspecto seria as águas servidas. As águas servidas do esgoto, devo dizer que eles não estão impactando somente o rio Pinheiros. Guarapiranga e Billings também estão sofrendo com isso, mas com um diferencial: é para abastecimento público.

Sabemos o que representa a presença de esgoto na água que vai para abastecimento público no que tange à saúde pública.

Sei o que foi dito sobre a água, mas não dá para ficar somente nisso. Vou me permitir estender um pouco. Como planejar a expansão da Capital se é essa não tem independência hídrica, se ela fosse de stress hídrico? E se tem segurança hídrica? E, apesar de poucos legacionistas, estará se potencializando com os eventos dos extremos climáticos?

Devo lembrar que participei da I Conferência Nacional Climática e o Secretário Nacional de Assuntos Estratégicos do Governo Federal advogou que seria direito de todos, de todas as crianças, que moram em regiões quentes, terem ar condicionado em sua casa. Entendo regiões questões como as regiões litorâneas, até o interior do Estado de São Paulo, mas também as regiões antropizadas como a nossa, onde temos ilhas de calor.

Agora, a pergunta: o meio ambiente comporta? Temos água para tanto?

Pagamentos de serviços ambientais, Vereador Nabil Bonduki. V.Exa. colocou Zepams, APAs e RPPNs.

Entendo que Zepams, APAs e RPPNs podem estar nas Aprms, mas, pergunto: uma propriedade que não é Zepam, não é APA, nem RPPN, mas está numa Aprm deveria ser contemplado também o pagamento dos serviços ambientais? Não vi isso colocado, tá bem? Por isso, quis enfatizar isso.

Outra coisa que me preocupa: as barreiras ambientais, idealizadas e identificadas pelos governos, pelas empresas e técnicas. As barreiras nas regiões metropolitanas, construídas há quase cem anos, num contexto de não metrópole e que estão contribuindo,

sobremaneira, para as enchentes e as inundações no Município. Não vi isso contemplado.

E quando se fala em recuperação, quero também lembrar a desocupação conjugada nas áreas onde há riscos geológico, geotécnico e geofísico. Uma desocupação, obviamente, acompanhada de um programa de reassentamento habitacional, para que a vulnerabilidade social e ambiental sejam reduzidas. (Palmas)

**O SR. NABIL BONDUKI** – Obrigado.

Sra. Claudia Bizoni, municípe, e, em seguida, Patrícia Sepe, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

**A SRA. CLAUDIA BIZONI** – Bom dia, estou trazendo aqui dois manifestos que já foram assinados por muitas pessoas. Depois, durante a minha fala, se alguém quiser, levanta a mão, levo para assinar, pois, vamos protocolar.

Um deles é o manifesto que começou na USP, super fundamentado por um grupo de urbanistas, contra o aeroporto de Parelheiros.

O outro é uma manifesto um pouco mais geral que se chama Manifesto a Favor do Ar, da Água e do Verde em São Paulo. Não preciso explicar muito, estamos vivendo uma situação limite: a água colapsou, mas também outros colpasos que podem surgir por aí.

Plano Diretor. Minha fala é muito mais no sentido de reforçar coisas que são avanços ainda tímidos, mas que estão no Plano Diretor e é importante que não sumam. Sabemos que, de um lado, tem muita gente falando a favor do verde, mas existem outras forças agindo.

Então vou destacar alguns deles: as Zepams – Zonas Especiais de Proteção Ambiental e as APAs, precisamos de todas as previstas e de muito mais.

Bom, a zona rural no sul do Município, Parelheiros precisa dar para a gente: água limpa, visitação densa e de grande porte que amenize os problemas climáticos, alimento orgânico e turismo ecológico. Não aeroporto.

Pagamento por serviços ambientais. Muitas vezes se contrapõe o interesse

econômico à conservação, queria lembrar que Nova Iorque conseguiu escapar da crise de desabastecimento de água pagando serviços ambientais das nascentes, inclusive, fora do Município.

O Programa de Recuperação de Fundos de Vale, a criação de novos parques, e aqui me chama a atenção também como já foi citado aqui, o parque Mananciais Paol, que sumiu. Ele precisa voltar.

Outra coisa ainda que me chamou a atenção no Artigo 144 é que ele inclui a avaliação de impacto das novas edificações nas águas superficiais e subterrâneas. Isso eu quero ver aplicado. Afinal, os grandes empreendimentos que vão seis níveis abaixo do solo fazem algo horrível com o lençol freático e, agora, quero saber como é que se faz.

Em geral, as demandas ambientais, muitas vezes, são vencidas por argumentos econômicos e eu queria terminar com um provérbio indígena em homenagem a nosso amigo guarani, que está aqui, que é o seguinte: “Quando a última árvore tiver caído; quando o último tiver secado; quando o último peixe for pescado; aí vamos entender que dinheiro não se come”. (Palmas)

**O SR. NABIL BONDUKI** – Patrícia Sepe, por favor. Em seguida, Acauã Rodrigues.

**A SRA. PATRÍCIA SEPE** – Bom dia a todos. Sou a Patrícia, sou geóloga, tenho 24 anos de serviço público. Atualmente, estou há dois meses, na SMDU, e, hoje, representando o Executivo.

Mas o que eu gostaria de ponderar é que são 22 anos de Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

O que acho que temos de avaliar é, acompanhando todas as audiências, a conquista que temos nesse substitutivo.

Tivemos ganhos, sim, nas audiências anteriores, quando o PL 688 chegou aqui nessa Casa, e instrumentos fundamentais estão incorporados, por exemplo: o pagamento por serviços ambientais, a transferência do direito de construir, a defesa das Zepams.

Todos esses instrumentos são instrumentos que nasceram dentro do corpo técnico da Prefeitura de São Paulo. Faço, aqui, uma homenagem às colegas Maria Lúcia, Ana Brisque, as colegas da fauna, saibam que nos sentimos super recompensados de que isso está no PL. É uma conquista do corpo técnico da Prefeitura.

As Zepams não estão só na Macrozona de Proteção Ambiental, temos hoje 158 Zepam grafadas, inclusive, mais de 70 na Macrozona de Estruturação e Qualificação. O que a gente tem que garantir é que, na lei de uso, essas Zepam sejam mantidas e até mesmo ampliadas.

Um grande avanço é a questão da zona rural. A gente tem muitas cidades do Brasil que reverteram a lógica. Muitas cidades ao longo das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Recife voltaram a ter a zona rural, e São Paulo está mostrando, sim, que a gente tem uma discussão madura.

Pagamento por serviços ambientais, transferência do direito de construir, que foi uma luta dos técnicos da Secretaria do Verde e Meio Ambiente por mais de dez anos e que, com certeza, agora a gente vai; além disso, a Carta Geotécnica: era isso o que eu queria registrar.

A luta é difícil, e temos que garantir que esses instrumentos sejam efetivos. Temos hoje um substitutivo. Isso precisa estar na lei aprovada; mais do que isso: tem que estar no dia a dia das Secretarias – da Secretaria do Verde, da Secretaria da Habitação, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Sr. Acauã Rodrigues, munícipe. Depois, Mônica Pilz Borba, do Instituto Cinco Elementos.

**O SR. ACAUÃ RODRIGUES** – Bom dia. Também sou geógrafo e sócio-fundador da Associação Profissional dos Geógrafos do Estado de São Paulo, mas falo hoje em meu nome.

Quero falar sobre duas áreas: a área Noroeste de São Paulo e a região de

Jurubatuba. Antes, quero abordar dois pontos que servem a essas áreas e servem também para grande parte das situações que foram abordadas aqui. O primeiro, a aparente contradição – na verdade, uma série de conflitos – que existe entre o que se chama de visão ambientalista macrossenso e visão desenvolvimentista urbanista macrossenso, que, muitas vezes, parecem excludentes, mas temos que entender que os conflitos que essas duas correntes de atuação na realidade apresentam não têm que ser excludentes, esses conflitos têm que ser complementares, eles têm que conviver. Temos que fazer aceitos tanto os ecochatos – corrente a que me filio – quanto a visão do desenvolvimento a qualquer preço, tentando encontrar um meio termo para o equilíbrio dessas visões. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto. Há sempre, em toda intervenção macro ou micro urbana, questões sociais, políticas, interesses imobiliários; mas há, de parte do Poder Público, necessidade de sempre se basear na boa técnica. Tanto para os que querem a preservação ambiental como para os que querem ter atendidos outros interesses de desenvolvimento urbano, a grande luta é para que a parte da visão técnica e da boa técnica seja garantida no planejamento e na execução dos planos.

Quero enfatizar esses dois argumentos para o que vou abordar agora.

Em relação à questão Noroeste, no Plano Diretor anterior e na Lei 13.885, a macrozona de proteção e recuperação ambiental que existia era dividida ao meio por uma Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana. Houve um grande avanço no projeto do Executivo, no PL 688, no sentido de fazer essa macrozona ser uma só. A gente vê que no substitutivo essa macrozona foi novamente dividida. Então, se a macrozona de proteção ambiental é referente à questão das fragilidades físicas ambientais, não vemos motivo para o substitutivo trazer esse retrocesso, que é dividir a macrozona.

Em relação às macroáreas de estruturação urbana, que estão na zona Noroeste, também houve um retrocesso no substitutivo, porque eles estão colocando macroáreas de intensificação de estruturação urbana em cima de zonas que têm problemas de metacalcário e

áreas xistosas, onde se pode ter, inclusive, problemas de solapamento e de subsidiência em construções.

É necessário que o Plano Diretor tenha, em sua lei, artigos que garantam que qualquer empreendimento passe por estudos geológicos, geotécnicos, hidrogeológicos nas áreas em que se instalarem. Porque, senão, estará se desrespeitando conhecimento técnico e científico que já existe, inclusive, na Carta Geotécnica Municipal. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Mônica Pilz Borba, do Instituto Cinco Elementos.

**A SRA. MÔNICA PILZ BORBA** – Bom dia. Fico pensando sobre promovermos uma audiência pública só sobre a questão do meio ambiente, sendo que esse tema tem interface com tantas outras questões: habitação, mobilidade, economia, saúde, educação *etc.* (Palmas)

Acho que deveríamos começar a superar isso e não mais promover discussões só sobre meio ambiente. Deveríamos hoje estar discutindo desenvolvimento econômico com o meio ambiente, educação com o meio ambiente, saúde com o meio ambiente, porque vivemos com o meio ambiente.

Está presente aqui a nata do movimento ambientalista, pessoas que estão preocupadas com a questão, e precisamos, portanto, estabelecer uma interlocução com outras pessoas que não estão tão preocupadas com a questão ambiental.

Acredito que, em relação a aeródromo, ocupação indevida e tantas outras questões, não temos aqui as pessoas que ficam nos bastidores, que aparecem no jornal, pessoas que, quando a coisa cai da noite para o dia, não sabemos de onde apareceram. Não podemos mais promover eventos só sobre meio ambiente. Porque, senão, ficaremos nós falando sempre para nós mesmos. Temos que romper com isso e discutir como se dá esse desenvolvimento sustentável, como iremos fazer esta cidade ficar boa para todos, porque não dá para continuar como está.



Quero também abordar uma questão específica: o desenvolvimento rural orgânico. Vimos batalhando para que essa região tenha um desenvolvimento que gere empreendedorismo, trabalho, e não emprego, que é o que o aeródromo propõe, para que as pessoas fiquem carregando peso e limpando banheiros. Não queremos mais esse tipo de trabalho (palmas); queremos um trabalho que enobreça as pessoas, que as pessoas gostem de fazer. Acredito que o desenvolvimento rural orgânico traz, para as pessoas, o orgulho de produzir um alimento saudável. Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Mônica, quero dizer que esta não foi a única, fizemos várias audiências públicas não só sobre meio ambiente como também sobre outros temas. Ao todo, foram mais de 50 audiências públicas. As audiências de temas específicas não estão restritas a pessoas da área, todos podem delas participar. As pessoas podem participar de todas e opinar em todas elas. Haverá ainda mais quatro ou cinco audiências públicas até o final.

**O SR. NABIL BONDUKI** – As regionais são todas amplas, tratam de todos os temas. E hoje não estão tratando somente sobre meio ambiente. Na minha apresentação, enfatizei meio ambiente, mas tratei de outros aspectos também.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – A audiência pública, aliás, está aberta a sugestões sobre qualquer outro tema.

Tem a palavra o Sr. Diego Lustre Gonçalves, gestor da APA Bororé-Colônia. Depois, Sr. Sérgio Carrera, do Aliados do Parque Augusta.

**O SR. DIEGO LUSTRE GONÇALVES** – Bom dia a todos. Meu nome é Diego, sou gestor da Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia, localizada no extremo Sul do Município.

Primeiramente, quero falar um pouco sobre o documento, que, penso, traz grande avanço – pelo menos o projeto proposto – em relação ao projeto anterior. Ele incorpora vários instrumentos de gestão ambiental importantíssimos, que têm que ser valorizados e devem ser aprovados. São citados: as unidades de conservação; os planos de manejo das unidades de

conservação, que são instrumentos de gestão muito importantes também e não eram considerados; a transferência do potencial construtivo, e o pagamento por serviços ambientais. Esses são benefícios, são avanços importantes a serem mantidos. O documento é interessante porque traz a questão da preservação no âmbito ambiental, mas também aponta possíveis ações e melhorias necessárias. Então ele não é apenas restritivo, traz formas de se trabalhar, compatíveis inclusive com a gestão das APAs, que têm outra visão de desenvolvimento possível que não é o convencional, que não é só intervenção urbana convencional como já conhecemos. E esses elementos foram trazidos no documento, no sentido de ser uma possibilidade de infraestrutura, mas pensando na questão da agricultura familiar, urbana e periurbana e educação ambiental.

O estímulo à construção sustentável é um avanço muito importante. A zona rural é um dos maiores avanços que temos nesse documento, inclusive o polo de desenvolvimento rural sustentável tende a trazer uma contribuição muito forte.

Um ponto que ninguém falou, mas a universalização do saneamento ambiental, que é colocado em todos os momentos para abastecimento; coleta e tratamento de esgoto; resíduos sólidos são todas ações importantíssimas para possibilitar geração de desenvolvimento em áreas onde dificilmente se conseguiria políticas públicas, porque há uma legislação restritiva.

A contribuição em relação à Zepam acho importantíssimo ser mantida, foi ótimo ter voltado para o documento. Na revisão da lei de parcelamento e uso e ocupação do solo, que não se permita a exclusão da Zepam nas planícies fluviais e nos topos de morros. Acho importante constar. Os limites de algumas áreas protegidas têm de ser revisados no mapa das macroáreas. Citarei algumas, parques Itaim e Varginha não entraram, eles estão nos mapas de áreas verdes, mas não na macroárea de preservação.

É isso. Obrigado a todos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado. Com a palavra o Sr.

Sérgio Carrera.

**O SR. SÉRGIO CARRERA** - Bom dia a todos. Sou Sérgio Carrera, dos Aliados do Parque Augusta e há doze anos defendendo o parque, no Centro da cidade, a última área verde permeável do Centro.

Nesta semana saiu o último relatório do IPCC da ONU indicando que os níveis de gás carbônico na atmosfera estão atingindo níveis absurdos, principalmente nesses últimos dez anos e que precisam ser tomadas medidas drásticas e coerentes para frear esse superaquecimento global, essas mudanças climáticas e que o desmatamento é uma das causas que está provocando essas questões ambientais.

Portanto, venho reiterar a importância do Parque Augusta para o Centro da Cidade, a importância dos parques. Ouvi rumores de que o Parque Augusta estaria sendo tirado dessa tal área de Zepam e isso é uma incoerência. Por isso venho cobrar. É impensável permitir que se construam torres naquela área. Essa é uma área completamente povoada de prédios, são 40 empreendimentos sendo construídos, portanto é inadmissível que se construa ali mais duas torres.

Quero acreditar e confiar nessa Frente Parlamentar de Sustentabilidade que não dê chance para a especulação imobiliária. O importante aqui é frear o poder da grana que está destruindo coisas belas no planeta e acabando com a qualidade de vida do cidadão. Portanto, não posso permitir ouvir rumores de que estão coniventes com as empreendedoras para construir e destruir mais uma área verde na Cidade. Sou contra a especulação imobiliária. Quero acreditar que os Parlamentares aqui presentes vão botar pé e frear essa especulação imobiliária. Parque Augusta, já.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. SÉRGIO CARRERA** - Sem prédios. Cem por cento verde. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Sr. Marcos Galhego, munícipe.

**O SR. MARCOS GALHEGO** – Bom dia a todos, sou servidor público da Secretaria

do Verde e Meio Ambiente, em função de o tempo estar muito curto, não vou repetir o que já foi dito, tanto do ponto de vista positivo quanto do negativo. Quero poder contribuir um pouco mais para o avanço dessa nova proposta.

Algumas questões: ao ler os mapas, fiquei feliz quando vi que os parques planejados na gestão anterior, aparentemente, permaneciam. Mas depois, comparando com as ZEIS, vi que nem todos. Por exemplo, o Parque Jardim Apurá, que fica no Distrito de Pedreira, Cidade Ademar, na beira da Billings, atravessa uma península da Billings, ele foi grafado quase que inteiramente como ZEIS.

Numa área extremamente adensada, na Estrada do Alvarenga, onde ninguém passa por lá, inclusive nós que somos da fiscalização também ficamos horas parados lá. Acho que esse seria um retrocesso pontual.

Imagino que haja outras áreas que estavam grafadas como parques planejados e que deveriam talvez ser revistas. Sei que já foi, mas peço para que...

**O SR. NABIL BONDUKI** - Qual o parque?

**O SR. MARCOS GALHEGO** – Jardim Apurá. Ponto nº um, imagino que outras áreas devam estar nessa mesma situação.

Outra coisa que eu queria propor, com relação ao ar e às áreas verdes, é o seguinte: na cidade de São Paulo não é permitido mais perder área verde. Então, há algumas áreas que eu gostaria de sugerir que fossem mapeadas todas as áreas verdes e avaliasse a possibilidade de implantar com metas. É fundamental que a gente tenha metas. Tantos parques por ano, grafar todas as áreas verdes e estudar uma por uma.

Por exemplo, na Vila Andrade onde se tem ainda um resquício de área verde, fundamental no Morumbi, não é possível construir mais lá. Ninguém passa mais no Morumbi, o trânsito é absurdo.

Quando se fala de água, não vi nada relacionado à Billings e o processo de ocupação irregular na Billings e na Guarapiranga avança. Esta gestão, infelizmente,

abandonou a Operação Defesa das Águas. Então, na área de mananciais nós temos áreas verdes importantíssimas, na beira da Represa, que estão sendo ocupadas e a gestão não tem feito absolutamente nada.

Só para concluir, penso que além de um plano bom é fundamental uma articulação que o Executivo seja capaz de realizar. Então, no ar, por exemplo, não existe uma conversa com a Lei de Mudanças Climáticas, do ponto de vista do ar propriamente dito. A gente tem uma lei que prevê uma meta de redução de até 2018 de toda frota de ônibus da Cidade, para acabar com o *diesel*. Seria fundamental que estivesse coerente e que fosse mantida, além da volta da inspeção veicular.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Manoel Carlos de Matos Vieira.

**O SR. MANOEL CARLOS DE MATOS VIEIRA** - Ilustres Vereadores, a minha pergunta é curta e grossa, não vou tomar nenhum tempo de vocês, qual é a orientação que o Plano Diretor Estratégico está transmitindo à Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação de Solo, para a ZEPAM na Guarapiranga? Deverão ser iguais às constantes da Lei Estadual 12.233/2006, ou mais restritiva? Pergunto especialmente a respeito da subárea de ocupação diferenciada.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – O Vereador Nabil Bonduki vai responder todas as perguntas.

Tem a palavra a Sra. Simone Miketen, gestora da APA Capivari-Monos.

**A SRA. SIMONE MIKETEN** – Bom dia a todos. Meu nome é Simone Miketen, sou gestora da Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos, e eu gostaria de falar de outra cidade – não a cidade que está todo mundo acostumado, a cidade do Centro, mas a cidade que está lá no extremo Sul, então; aliás, na verdade, falar sobre o município, cuja parte está no extremo sul, na região de Parelheiros, onde temos duas APAs.

E gostaria de convidar todos – os Srs. Vereadores, Secretarias e os cidadãos aqui presentes – para conhecer aquele território maravilhoso.

Lá temos uma configuração rural. Na verdade, queremos grafar aquela área como rural porque lá a configuração é rural – tem mata, agricultura, cachoeiras, indígenas, uma cratera de um meteoro, enfim, muita coisa interessante naquela região.

Vim aqui protocolar uma moção na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente – fizemos uma cópia para cada um dos senhores.

Como membro do conselho gestor das APAs, eu gostaria inclusive de ser a voz dessa população, desses cidadãos organizados que fazem parte do Conselho e querem o rural.

E esse rural não é apenas uma localização – território rural –, esse rural é para trazer o desenvolvimento rural por meio de políticas públicas, porque, da maneira que está, é um vazio onde tem algumas pessoas que não conseguem puxar rede elétrica para a sua casa, não conseguem ter a manutenção de uma estrada, porque as políticas públicas são voltadas sempre para o meio urbano. Então a atenção é para esse desenvolvimento rural.

Além de todas as coisas que podem ser feitas – pagamento com serviços ambientais, benefícios em geral e uma infraestrutura rural, com um saneamento alternativo, que seja mais compatível com a conservação ambiental e com as pessoas –, nós somos a favor da moradia, das ZEIS, de forma que possamos prover moradias de forma mais planejada para a região.

Então faço esse convite.

Há uma moção do Conselho Regional de Turismo no qual todos os cidadãos, em prol da proteção ambiental, pedem que por favor grafem, e que os Srs. Vereadores tenham a sensibilidade deixar essa área rural numa área que é rural.

Agradecida. (Palmas)

**P** – Tem a palavra o Sr. Ernesto Akio Oyama, do Conselho Gestor da APA

Capivari-Monos.

**O SR. ERNESTO AKIO OYAMA** – Bom dia, Srs. Vereadores. Na verdade, queria fazer um desabafo.

Sou da terceira geração de agricultores da região, que, por sinal, é muita rica. Lá se encontra ainda uma grande colônia alemã e japonesa, da qual eu faço parte.

Por muitos anos, Parelheiros e Marsilac foram os maiores produtores de legumes e verduras de todo o Município de São Paulo. A região de Parelheira, inclusive, era a que mais abastecia o Ceasa.

Somos agora mais de 300 agricultores, sendo que 30 estão em conversão e 11 estão certificados como agricultores orgânicos.

Nisso daí, a gente começou, junto com a Prefeitura, a fazer feiras de agricultura orgânica, vendendo produtos orgânicos – estamos não parque Burle Marx todos os sábados, e no CDC Modelódromo do Ibirapuera.

Vim aqui representar também a Cooperapas, a cooperativa de agricultores de Parelheiros, e o Sesi SP, que contribui muito para a agricultura orgânica do extremo sul de São Paulo.

Há pessoas na região que procuram comprar terreno, e ouvimos falar que querem comprar para construir casas do *Minha Casa, Minha Vida*, algo que parece que foi confirmado. Procuraram alguns agricultores, aproveitando toda a parte de agricultura, para fazer as casas.

Pedimos aos Vereadores que visitem a região de Parelheiros. É uma área que tem muito a mostrar também.

Peço também a todos os Vereadores que deem mais incentivo às casas de agricultura, não apenas a de Parelheiras como as outras também, que estão abandonadas. Nossos engenheiros agrônomos estão precisando de carro, precisam visitar os agricultores, e não estão conseguindo.

Também pedimos a criação de uma certificadora municipal.

Obrigada.

**P** – Tem a palavra o Sr. Almir Santos de Matos, do Conselho Participativo da Freguesia do Ó.

**O SR. ALMIR SANTOS DE MATOS** – Bom dia, Vereadores, bom dia, plenária.

Venho falar sobre um bairro da região noroeste, a Brasilândia, especificamente sobre um parque chamado Brasilândia, que, em 2004, já constava do Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Freguesia do Ó/Brasilândia.

Trata-se de uma área de 310 mil m<sup>2</sup> que, de certa forma, está sendo abandonada pelos governantes da nossa cidade.

Somos aproximadamente 300 mil habitantes no distrito da Brasilândia, mais 140 mil na Freguesia do Ó, e, no entorno da zona Norte, em torno de dois milhões e meio.

Em 6 de novembro de 2012, na reunião nº 73 da Confema, foi discutido esse assunto.

Na ocasião, alguém disse: “Então vamos para a deliberação. Os conselheiros favoráveis à aprovação do projeto apresentado de desapropriação da área para a implantação do Parque Brasilândia permaneçam como estão”, ao que alguém perguntou: “E nessa área não tem invasão?” Resposta da coordenadora Helena Magoso: “Nesta área não tem invasão”. Então finalizaram: “Permaneçam como estão”, e assim foi aprovado por unanimidade o parque, ou melhor, a desapropriação para a área do parque.

Essa área já está classificada como Zepam há anos. Em 2012 houve uma eleição, época em que não havia realmente muitas pessoas na área; mas, em março de 2013, chegamos a 1800 barracos na mesma área. Incrível como em três a seis meses, apareceu gente não sei de onde. Aí eu pergunto: como é que sabiam daquela área? Será que alguém internamente avisou? Não sei.

No dia 4 de julho de 2013, a “Comissão do Verde e Meio Ambiente”, na época presidida pelo nobre Vereador Nomura, que esteve no local junto com o Vereador Natalini,



constatarem que não havia mais desmatamento.

Em agosto, recebemos uma carta do Prefeito dizendo que iria abrir mão do processo de desapropriação.

Em outubro de 2013 eu peço autorização ao presidente para ler uma frase do presidente presente à Mesa, o Vereador Police Neto, porque o parque continua no Plano deste ano, na página 102, na parte de implantação.

Em outubro do ano passado dissemos que não sabíamos fazer baderna na rua, que sabíamos fazer o que estávamos fazendo, e o Vereador Police Neto, para aplacar um pouco a nossa angústia, dos defensores do verde e meio ambiente, disse o seguinte: “Respeito muito a luta popular por moradia digna e decente, e ela não é adversária ou concorrente do nosso desenvolvimento sustentável. Brasilândia tem direito ao seu parque, o nosso povo tem direito à habitação. Juntos, construiremos a solução. O silêncio e a leniência não podem e não irão dividir a luta popular”.

Esta Casa, e esta Prefeitura, pode ser punidas, porque estão deixando cometer um crime ambiental quando devastam uma área de 300 mil m<sup>2</sup> na nossa região da Brasilândia. Portanto, Srs. Vereadores, mantenham o nosso parque e arranquem moradias decentes para aquela população que foi enganada por algumas pessoas que se dizem à frente do movimento de moradia – o Vereador Nabil Bonduki já ouviu esse desabafo, nos dias 5 e 6, lá no Anhembi.

Muito obrigado a todos. Desculpem-me por ter tomado seu tempo.

**P** – Tem a palavra a Sra. Cira Malta, do Fórum Suprapartidário.

**A SRA. CIRA MALTA** – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer a mudança. Achei que o Plano Diretor começou um pouquinho cinza, mas parece que agora ele ficou um pouquinho mais verde. A gente só tem realmente dificuldade de saber por quanto tempo ele vai ficar verde.

O Fórum Suprapartidária por uma São Paulo Saudável e Sustentável desenvolveu, durante o ano de 2013, vários debates e assuntos pertinentes à questão do Plano Diretor

Estratégico.

Além dos instrumentos como EIV-RIV, e tal, tiveram duas situações muito interessantes: uma foi o debate sobre gestão de risco, quando fizemos toda uma interlocução com diferentes técnicos, reforçando a importância da carta geotécnica e a importância, no momento de pensar a Lei de Uso e Ocupação do Solo, de pensar os limites da capacidade do meio físico.

Os serviços ecossistêmicos foi outro momento interessante porque, a partir do movimento de moradia, vem uma questão que a gente deveria olhar com bastante cuidado quando dizemos não à verticalização, não a isso, não àquilo. Acho que, numa certa medida, o movimento de moradia está mais maduro do que o movimento ambientalista, quando vem e diz assim: “É necessário fazer reforma urbana. A gente não precisa ocupar áreas que estão na periferia da Cidade, se, no seu Centro, de fato tivermos acesso à moradia”. E isso inclusive a gente pode pensar uma coisa que não se pensa: dentro do mesmo prédio, em vez de segregar mais ainda as pessoas, ter os diferentes tipos de moradia, os diferentes tipos de acesso para diferentes, dentro da verticalização, considerando que o espaço físico é um espaço limitado para a cidade.

O Ministério Público jogou para a Cetesb a responsabilidade de licenciamento ambiental no Município de São Paulo. Então se não tivermos um regramento muito claro daquilo que queremos, vamos ter um problema.

A Cetesb, por exemplo, não considera o rio canalizado como cumprindo função ecossistêmica. Então se deixarmos a Zepam, sem considerar que a Lei de Uso e Ocupação de Solo não pode retirar a característica dela, e identificar o fator água, as nascentes, como um elemento importante dentro de áreas, vamos ter um problema.

Concluindo, e agora mudando de pato para ganso.

Temos um colega que está fazendo aniversário, o André. Então a gente chama todo mundo para cantar parabéns para o André.

**P** – Não, não, agora não dá. Desculpe, mas estamos atrasadíssimos. Não dá.

Parabéns, André. Receba o aplauso de todo mundo. Muitas felicidades.

Tem a palavra o Sr. Gil Scatena.

**O SR. GIL SCATENA** – Bom dia.

Não, não tem, não dá.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - Vamos ao Gil Scatena, por favor, dois minutos, vai, vamos encurtar os tempos.

Parabéns, André. (Palmas) Vale para os aplausos, todo mundo. Muitas felicidades.

Deixem-me só dizer aqui que a audiência foi chamada até às 14h. Então, temos tempo, mas acho que também as pessoas ficam cansadas.

André, muitas felicidades, de novo.

Depois de Gil Scatena, por dois minutos; depois, Nabil Bonduki quer falar, respondendo todas as perguntas.

**O SR. GIL SCATENA** - Bom dia.

Parabenizar a Comissão pelos trabalhos, e o mandato de Nabil pelos avanços no substitutivo - o mandato e a equipe.

Queria colocar alguns pontos. Primeiro, fazer uma proposta de inserir um quadro no PDE, com todos os planos e programas e previstos. Há vários planos e programas que ainda continuam sem prazo. Então, um quadro que deixe claro quais são os planos, competências e prazos que estão previstos no PDE.

A exigência de que o Plano Municipal de Mata Atlântica seja feito antes da revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, no artigo 69. Isso está direcionado um pouco no PDE, mas acho que tem de estar mais explícito, que o plano seja feito antes da revisão da Lei.

A volta do Parque Manancial Paiol. Aquela é uma área que tem de ser estratégica para a produção de água. Acho que, inclusive, o Ministério Público até oficiou a Casa com

relação à retirada, reclamando essa questão de por que foi retirado e advogando o princípio do não retrocesso na legislação ambiental.

Na questão dos eixos de mobilidade, acho que, para resolver um pouco essa equação do crescimento para dentro - que o Nabil colocou muito bem -, o aumento de ZEIS de um a três salários mínimos nos eixos, e a cota solidariedade superior a 10 mil metros quadrados, no artigo 105, talvez possibilitando uma maior produção habitacional, tirando a pressão das áreas de entorno.

E, no 42, de coeficiente de aproveitamento, os eixos em áreas de mananciais devem estar subordinados à Lei de Manancial. Mas acho que a lei ainda continua. Se não me engano, foi discutido, lá no Anhembi, de que há alguns eixos que atravessam as duas - Guarapiranga e Billings - e que ainda continuam com um coeficiente que pode não ser condizente com a lei. Então, talvez, deixar mais expresso ali no quadro o respeito à Lei de Mananciais, em relação aos eixos de mobilidade.

É isso.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - OK, obrigado.

Agora, com a palavra... (Palmas)

Essas palmas foram também para o aniversário de André.

Vereador Nabil Bonduki, respondendo as perguntas todas, por favor.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - Há mais inscritos, mas o Vereador vai responder e, depois, continuamos com os inscritos.

**O SR. NABIL BONDUKI** - Bem, vou responder essas questões, são 31 pessoas que falaram. Há mais seis pessoas inscritas e não vou poder ouvi-las, vou ter de sair.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - Três delas são do Parque Augusta.

**O SR. NABIL BONDUKI** - Que já ouvi bastante.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - Há o Diretor do INCRA.

**O SR. NABIL BONDUKI** - Sobre o Parque Augusta, vou responder aqui um pouquinho.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - E há outros.

**O SR. NABIL BONDUKI** - Então, queria...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - Não, gente. Você vai falar depois, calma.

**NÃO IDENTIFICADO** - Se ele não fica para me ouvir, porque ele já ouviu bastante sobre o Parque Augusta, por que eu tenho de ouvi-lo?

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - Você não precisa ouvir, não é obrigado.

**NÃO IDENTIFICADO** - Não é recíproco.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - Não é obrigado. Mas...

**O SR. NABIL BONDUKI** - Não, desculpe. Desculpe, gente, ...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - Sim, mas o Vereador Nabil, especificamente, tem um compromisso que ele precisa tratar o substitutivo para podermos votar.

**O SR. NABIL BONDUKI** - Gente, eu...

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - Police Neto está aqui, eu estou aqui.

**O SR. NABIL BONDUKI** - ... Eu queria só dizer uma coisa para vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** - Vai em frente, Nabil.

**O SR. NABIL BONDUKI** - Eu posso até ouvir, se as pessoas foram rápidas, se não repetirem o que já se falou, etc., que já sabemos.

Agora, tenho outro compromisso, que é do Plano Diretor. E, se vocês acham que vocês vêm aqui, falam e está aprovado - está certo? -, que não implica em negociação política, que não implica em discussão com Vereadores, vamos ficar numa situação difícil. Nós

avançamos nessa questão ambiental, nesse substitutivo, muito, muito, muito. Só quem fez uma análise concreta vai perceber isso.

Agora, existem muitos outros interesses, grupo de Vereadores, que levantam questões que não são essas que estão aqui e temos de ter uma compreensão de que os Vereadores e o Vereador que é o Relator Tem de conversar e ouvir todos, caso contrário, não vamos caminhar no sentido em que os senhores estão querendo. Tenho um compromisso importante para tratar sobre o Plano Diretor.

Com relação à Sra. Márcia, como foi feito o substitutivo? Ele é resultado de muitas questões. Não foram apenas as apresentadas em audiência pública, são questões que foram discutidas com outros Vereadores; urbanistas; ambientalistas que não vieram aqui; o próprio Executivo; a Secretaria e os técnicos da Secretaria Municipal do Verde, que não tinham incorporado suas questões na proposta original. São questões que nós também desenvolvemos, para darmos coerência ao projeto, sobre o desenvolvimento da Cidade. Se há falhas, algumas são porque não foram resolvidos todos os problemas sob o ponto de vista técnico e de redação. Outras falhas são porque existe um conjunto de forças atuantes, o qual o substitutivo tenta responder.

Por que saiu o Parque Paiol? Porque, na verdade, existe um grande número de Vereadores - talvez possa ser majoritário, nesta Casa - que defende o aeroporto. A solução que demos, no substitutivo, foi não tratarmos dessa questão no Plano Diretor. Essa foi uma proposta de buscar uma negociação, onde pudéssemos contemplar a grande reivindicação que está aqui, onde ninguém falou a favor do aeroporto. Falaram contra, mas sabemos que há vários outros Vereadores e grupos de pressão. Por exemplo, foi aprovada, no Conselho Participativo de Parelheiros, a questão do aeroporto. Qual foi a solução de compromisso que tivemos? Acredito que a comissão vai apoiar essa posição, e vamos em frente para o plenário, para vermos depois o que acontece. Vamos deixar para um espaço específico a discussão de um plano aeroviário, onde se possa fazer um estudo profundo dos impactos positivos e

negativos, não só do Aeroporto de Parelheiros, como também do Campo de Marte, outra discussão que estava no Plano Diretor original, onde se falava em desativação desse campo. Não estamos adotando essa desativação.

Há outros impactos, como, por exemplo, a questões dos helipontos e heliportos dentro da Cidade. Há a uma que foi aprovada aqui, que permite serem implantados helipontos em qualquer lugar da Cidade. Nós entendemos que isso tem de ser rediscutido. Então, num plano aeroviário, vai poder se fazer isso. É uma proposta que busca encontrar-se certo ponto de equilíbrio, para que a discussão possa caminhar. No papel de relator, temos de considerar essa questão.

O substitutivo é resultado de muitas reflexões. Demos um avanço muito grande, e algumas questões ainda podem melhorar mais. É por isso que nós estamos fazendo essas audiências públicas. A questão ambiental não pode ser isolada das demais questões. Amanhã haverá uma audiência sobre Habitação. Há quem reclame dos problemas que foram relacionados à Habitação e ao Meio Ambiente. Uma questão é o Parque da Brasilândia. Há questões importantes que não apareceram aqui, como a Nova Palestina e a ZEIS na Billings. Esse é um momento importante para essas questões aparecerem. Nós temos de encontrar a solução de compromisso. Por quê? Porque a questão da Habitação é importante, como também a questão Ambiental. Como podemos fazer com que essas questões possam estar pensadas em conjunto? É dessa maneira que estamos tentando trabalhar. Esse é o papel da Câmara como instância de mediação e negociação de conflitos. Há conflitos claros dentro da Cidade.

As ZERs estão contempladas no Plano Diretor. No artigo 13, claramente fala-se em manutenção das Zonas Exclusivamente Residenciais. Existem questões relativas, por exemplo, a corredores dentro da ZER. Ontem, na zona Norte, houve uma forte reivindicação de pessoas, para que os corredores, dentro das ZERs, tivessem usos mais diversificados do que há hoje. O papel ambiental da ZER não só está reconhecido, como está mantido no projeto. Portanto, não

precisamos estar, durante todo o tempo, reforçando uma tese que já está aceita e consolidada na nossa legislação.

Em relação a parques, essa é uma questão importante e difícil. O Plano Diretor pode fazer até certo ponto, e está fazendo o máximo possível ao propor que todos os parques propostos sejam transformados em Zepam. Ele está fazendo o máximo que pode fazer enquanto regulação de uso do solo. Agora o Plano Diretor não tem condições de implantar os parques, nem a Câmara. Essa é uma questão que tem de ser feita pelo Executivo e pela sociedade. Então, estamos propondo um fundo para aquisição de áreas verdes, para serem implantados parques. Essa é uma questão importante. Se depois pudermos avançar na regulamentação desse fundo, é importante, porque ele tem de conter também a contribuição do setor privado, para poder viabilizar a implantação desses parques. Não vamos conseguirmos implantar isso apenas dentro do Plano Diretor.

---

Em relação à questão de planos e prazos, é uma discussão que tem de ser feita, inclusive com o Executivo. Por mim, colocaria prazos curtos para os planos, só que não adianta colocarmos prazo curto e o Executivo não ter condições de fazer. Na verdade, na primeira versão, havia mais prazos do que havia nessa segunda versão, porque o Executivo falou: “Não adianta colocarem prazos, pois não vamos ter condições de executar”. Essa é uma discussão importante para ser feita com o Executivo e as Secretarias. Há uma proposta aqui, que pode ser interessante, de se integrarem mais os planos. Há outra proposta aqui, de haver um quadro e dentro dele ser feita uma associação, de maneira a se conseguir garantir a possibilidade de agilizar a realização de planos.

Temos de entender que o sistema de planejamento da Cidade não acaba com o Plano Diretor. Ele começa com o Plano Diretor. Há a Lei de Uso e Ocupação do Solo, os planos regionais, os planos setoriais, o Plano de Habitação, o Plano de Mobilidade e todos os planos que estão previstos aqui.

Quanto mais nós retardamos a aprovação do Plano Diretor - temos tido problemas



para ele ser aprovado na comissão, pois já houve adiamento por várias vezes - menos os seus efeitos poderão sentidos. Por quê? Porque, enquanto não for aprovado, vale a lei antiga. Vamos ter consciência disso, para criarmos um movimento, no sentido de apoiar as propostas que estão colocadas, com alguns acertos que podem e devem ser feitos, mas quanto mais nos distanciamos no tempo, mais ficam vulneráveis as propostas que estão colocadas aqui, porque a lei que está valendo não é a do plano, mas sim a atual. Então, o que, na verdade, o plano muda pode não ter efeito, como aconteceu com muitas ZEIS, que foram aprovadas no plano passado, na Lei de Uso e Ocupação do Solo. Ocorre que antes de serem aprovadas, elas foram já ocupadas e desvirtuadas.

Em relação à questão que foi levantada aqui, sobre a zona Noroeste e a fragilidade do solo, que concordo, a carta geotécnica foi incluída. É a primeira vez que um Plano Diretor inclui essa carta como um elemento fundamental. Então, a eventual fragilidade que existe para a implantação de empreendimentos lá vai ter de estar sujeita à obediência da carta geotécnica, um dos instrumentos importantes que está incluído no plano e que deve ser contemplado. Há outra coisa que tem a ver sobre essa questão. Uma pequena parte da reserva indígena que está ainda em processo de homologação ter sido cravada como macrozona de estruturação metropolitana não impede de maneira nenhuma... Digo isso porque essa macrozona é apenas uma orientadora. O que vai ser efetivo é a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Nós entendemos e esperamos que delimitada, definida e traçada a área indígena, homologada pelo Governo Federal, automaticamente ela passa a ser uma área indígena, e, portanto, não poderá haver nenhum tipo de ocupação. Essa questão está *sub judice* no Governo Federal, mas vai ser determinante sobre o que o município traçar. Falo de uma área ao longo da Rodovia Anhanguera. Aí foi traçada uma área de desenvolvimento metropolitano, porque a Anhanguera faz essa ligação metropolitana e tem um papel importante a desempenhar. Agora, se for delimitada a área indígena e homologada pelo Governo Federal, automaticamente ela deixa de poder ter qualquer uso. Isso na Lei de Uso e Ocupação do Solo poderá ser discutido.

Quanto ao pagamento dos serviços ambientais para catadores, o município tem hoje um plano de resíduos sólidos, que está prevendo a criação de um fundo para a remuneração dos catadores, com todos os materiais recicláveis que foram obtidos, inclusive pelas centrais de triagem. Então, existe já um mecanismo de pagamento. Eu inclusive tenho um projeto de lei que prevê o pagamento não do serviço ambiental, mas pagamento dos serviços realizados pelos catadores. Falo de um serviço na área de limpeza pública. Não estão incluídos no pagamento de serviço ambiental, porque o pagamento de serviço ambiental está voltado para outras questões, principalmente na macrozona de proteção ambiental.

Em relação ao Parque Augusta e outros parques, houve várias manifestações aqui. Todos os parques propostos estão sendo transformados em Zepam. Portanto, o Bairro(?) Luz também está nessa questão. Há outra questão, não só em relação ao Parque Augusta, como qualquer outra situação na Cidade. Onde existe um projeto protocolado para licenciamento vale a legislação de quando o projeto foi protocolado. Portanto, se há um projeto protocolado relativo àquela área, apesar de haver regras da Zepam, que passam a valer quando forem aprovadas e sancionadas pelo Sr. Prefeito, é quando vão valer as novas regras. Então, isso está contemplado, sob o ponto de vista do sentido geral dos parques. Há essa questão, que efetivamente não temos como eliminar.

Quando falei das questões do transporte e resíduo, estava me referindo a emissões. Os resíduos e o transporte correspondem a 75% das emissões. Isso não significa que eles sejam mais importantes do que a água. Ela é tão importante que estamos contemplando-a, em vários aspectos relacionados com o pagamento de serviços ambientais, zona Rural e todos os outros elementos que são importantes. Inclusive, no caso das Zepams, isso é prevalecido. Houve uma pergunta de Zepam na Guarapiranga. Aí se prevalecem as regras mais restritivas das Zepams em relação às regras menos restritivas, que eventualmente forem da Lei de Proteção de Mananciais, quando forem menos restritivas. A questão do lote rural já foi falado aqui. O Wellington, que é o Superintendente do INCRA, vai falar em seguida, ele

tem toda autoridade para dizer como funciona a zona rural, o módulo rural e aprofundar os tipos de serviço, e qual apoio o Governo Federal poderá dar à zona rural do Município, para que o polo de desenvolvimento da zona rural possa se transformar em área que tenha todos os atributos, todos os potenciais que a Simone levantou. Espero que assim aconteça.

Finalizo dizendo que avançamos muito no projeto, o que é importante, é fundamental, mas não é tudo. Há a questão da gestão cotidiana das políticas públicas do Município. Para isso é fundamental que não tenhamos somente o Plano Diretor, mas sim a execução do proposto. Caso contrário, ficaremos no meio do caminho. Daqui dez anos falaremos: está no Plano Diretor, mas não aconteceu. Então, a mobilização, o movimento, os posicionamentos são importantes, mas precisamos acompanhar as políticas e colocá-las em prática.

Peço desculpas aos seis que não poderei ouvir, mas a minha assessoria está presente, o Vereador Andrea Matarazzo e Ricardo Young também e vão acompanhar. Ficará tudo registrado. Tudo que foi dito está sendo contemplado. Se houver questão específica, nós podemos recebê-las. Eu já recebi. O Mário que falará agora, nós já conversamos longamente, umas três horas. Com o pessoal do Parque Augusta, nós falamos constantemente. Os que faltam falar, com eles temos tido contato e vamos contemplar o que está sendo falado.

Obrigado, gente. Espero que possamos estar juntos chegando no melhor Plano para a cidade.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado, Vereador Nabil Bonduki, que tem feito trabalho inestimável no projeto de lei, na negociação, na discussão, explicações e apresentações. Ele tem estado em todas as reuniões.

Dando continuidade, chamo Reni Freitas, Rede Novos Parques, São Paulo.

**A SRA. RENI FREITAS** – Sei que muito foi falado da questão imobiliária, mas vou reforçar. Uma coisa que está no centro do Plano Diretor é aproveitar o centro de São Paulo,

que já está congestionado. Quando falamos de centro congestionado não é só em relação ao transporte e moradia, falamos do emprego e também dos parques públicos, que estão no centro de São Paulo.

O centro de São Paulo abrange outras áreas. Há a questão ambiental, social, da saúde e da educação. Não podemos considerar a ocupação dessas áreas verdes. Falando em sustentabilidade, ocupar essas áreas verdes com prédios, não devemos nem considerar algo que não seja a questão ambiental. Temos de levá-la em superconsideração. Falamos de sustentabilidade, de meio ambiente, e não falamos do setor imobiliário, que é um dos cinco pilares desse Plano Diretor.

Outra questão é que não vi listada no Plano Diretor a gestão. Estamos propondo gestão participativa, autogestão. Fazemos toda segunda-feira, todos estão convidados. É no Parque Augusta. A gente faz assembleias para debatermos os pontos centrais da cidade.

Fica registrado meu apelo e um convite: dia 19 de abril vamos fazer uma autogestão, com aulas de educação ambiental, que é o Ciranda Livre. Quero convidar o Sr. Ricardo Young e Andrea Matarazzo para lá estarem, demonstrando a participação dos Vereadores nas questões públicas, autogeridas dos cidadãos da cidade de São Paulo.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado. Tem a palavra Douglas Teodoro, Parque Augusta.

**O SR. DOUGLAS TEODORO** – Bom dia, Vereadores e todos os presentes. Apesar da afirmação do Vereador Nabil, não vou falar do Parque Augusta.

São Paulo é a maior cidade do Hemisfério Sul do planeta, mas se porta como uma província. Falar de preservação de parques numa cidade que oferece 1,3 metros quadrados de área verde por habitante, quando a ONU recomenda um mínimo necessário para sobrevivência, com qualidade de vida, são 23 metros quadrados por habitante, acho que é tratar tuberculose com remédio de tosse.

O Stephen Hawking, que escreveu *Universo na Casca de Noz*, que está em cadeira de rodas, tortinho, deu uma declaração a semana passada dizendo: se a espécie humana quiser sobreviver mais cem anos, ou seja, para os netos de vocês ficarem vivos, é bom começarmos a nos preocupar com a ocupação de outros planetas. O nosso sistema de vida não se sustenta por mais cem anos.

Simplesmente manter a atual área verde, mas que área verde? A atual área cidade de São Paulo, pelos próximos 16 anos, é no mínimo irrisório. Querer colocar mais pessoas nessa mancha cinza, que chamamos de cidade, é fazer com que a cidade que já é assassina pela qualidade de vida que oferece aos seus habitantes, torne-se genocida.

Se não for inserido no Plano Diretor um projeto de criação de parques, e não é descobrir áreas verdes abandonadas, é plantar árvore, é pegar uma área inteira, demolir e criar novos parques, a nossa espécie não vai continuar viva. O prazo são cem anos! (Palmas) Não é brincadeira, é a vida dos seus netos.

O modo de vida que se propaga como desenvolvimentista, é ridículo. É um modo assassino.

Concluindo, é lamentável que uma bancada que se diz sustentável ache que isso é suficiente. São 16 anos, gente! São 16 anos, e o máximo que eu posso esperar do Plano Diretor é isso de área verde? Vocês acham que está bom? Eu acho que não. A minha vontade é sair desta cidade, deste País para algum país que tenha um mínimo de respeito pela espécie humana e pelo planeta que estamos tentando salvar.

Lamentável!

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Tem a palavra Mariana Belmonte.

**A SRA. MARIANA BELMONTE** – Há 26 anos sou moradora de Parelheiros. O Distrito de Parelheiros é a periferia mais peculiar do extremo sul. Uma periferia com cheiro de roça, ar limpo, pessoas simples, belezas naturais e, por enquanto, água limpa. Além disso,

possui a maior diversidade de culturas da região, com índios, alemães, nordestinos, japoneses e afins. Jovens agricultores que desistiram da cidade e seguem a tradição de suas famílias.

Hoje a área de Parelheiros tem parques com o tamanho de dois a três Ibirapueras, que contém o adensamento do Rodoanel, mas que ainda não foi inaugurado.

A construção do aeroporto em Parelheiros é, na verdade, um mote para abrir o Rodoanel, embora digam que “não”. Instalar na região um polo de logística articulado como Rodoanel é justificar a abertura da tal Estrada de Itanhaém. Um erro grave é abrir a região para especulação imobiliária a empresa que tem o nome de uma ave, Harpia, como se sabe é um bicho que enxerga longe, mas não vê o verde. Parelheiros não quer e não precisa de aeroporto. São Paulo precisa de mais parques, mais áreas verdes, assegurar a ZEIS, inclusive, nas áreas de mananciais, assegurar a área rural, pagamento de serviços ambientais, preservação das duas represas, um transporte melhor para a melhoria da qualidade do ar de São Paulo.

Uma última coisa, o Vereador Police Neto não está presente, mas quero deixar uma pergunta para ele. Quero saber qual é a posição do Vereador sobre o aeroporto. É em cima do muro ou ele tem um lado?

E aeroporto de Parelheiros não. Não precisamos, viu, Vereador Ricardo Nunes?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado, Mariana Belmont. Mariana, o que é imargem?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Obrigado. Não precisa ficar nervosa, Mariana. Não precisa tremer o papel. Relaxa.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Mas há uma questão fundamental que é esta discussão que estamos fazendo aqui. O que vale é isso. Se for filho de “A”, “B” ou “C” é

um problema das pessoas.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Não pode ser assim. A opinião de cada um, favorável ou contrária, será dada formalmente.

Tem a palavra o Sr. Wellington Diniz, do Incra.

**O SR. WELLINGTON DINIZ** – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Vereador Andrea Matarazzo, na pessoa de quem cumprimento o conjunto dos Vereadores da Câmara Municipal; Vereador Nabil, que é o relator do plano diretor. Fui convocado para falar da nossa contribuição, do Incra, para a questão rural aqui da Capital.

Vou ser sintético, mas já quero me posicionar, Vereadores, à disposição da Câmara para ampliarmos e aprofundarmos esse debate. Acho que o Incra tem muito a contribuir com essa discussão porque o conjunto de demandas, sobretudo, Parelheiros, Grajaú, a região Sul da Capital, chega um conjunto de demandas para a questão da regularização fundiária do conjunto de lotes de produtores rurais que estão produzindo naquela região.

Temos um conjunto de instrumentos no sentido de avançar para a regularização desses lotes e imóveis rurais que hoje estão numa área cinzenta, não são rurais porque estão no perímetro urbano, mas é importante dizer que São Paulo é o Município com o maior número de imóveis rurais do Brasil. Todos os parques têm cadastro rural e estão sob a gestão do Incra, como todos os cadastros rurais do Brasil, e temos serviço de cancelamento, de descaracterização desses imóveis, de atualização cadastral e também de certificação de imóveis. Nesse sentido estamos avançando muito na política e gestão fundiária no Brasil, para regularizar esses imóveis.

Quero dizer que quando vi no plano diretor a proposta de transformar o conjunto de áreas, em São Paulo, em imóveis e áreas rurais, para nós ficou muito interessante, porque estamos criando cinturões verdes em torno das cidades para que esses agricultores que já produzem, ou que querem produzir, tenham essa oportunidade para garantir a segurança

alimentar, nutricional e o equilíbrio ambiental.

Então estamos com essa política no Brasil e quero colocá-la à disposição da Câmara. Acho que temos condições de avançar muito, em São Paulo, e contribuir com o plano diretor. É muito válida essa ideia de trazer esses imóveis que não são rurais, mas têm produção, e temos um conjunto de políticas públicas. Por exemplo, a Presidente Dilma lançou um plano de agroecologia, produção orgânica e temos condições de levar assistência técnica e um conjunto de políticas públicas para contribuir, trazer esses agricultores e mudar a paisagem da Capital.

Um grande abraço a todos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Tem a palavra o Sr. Domingos Leôncio Pereira.

**O SR. DOMINGOS LEÔNCIO PEREIRA** – Boa tarde a todas e todos, sou munícipe e trabalho na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, na Educação Ambiental. Trabalho no Parque Guarapiranga, na zona Sul.

Trabalho há muito tempo na zona Sul, na região de Parelheiros, Grajaú e Marsilac como Educador Ambiental. E é muito difícil trabalhar como educador ambiental numa área assim. Não é uma falácia de jornal a ideia de que há uma especulação, não é só imobiliária, uma especulação do capital que conduz a área urbana a destruir a área rural e isso não é uma fofoca. Isso é um fato histórico. A Cidade vive em caos por causa dessa ação.

É muito difícil convencer as pessoas porque essa especulação imobiliária se traveste de progresso, de felicidade, para iludir as pessoas que precisam morar, comer e vestir. E essa especulação se traveste disso. E usa bonecos para vender esses produtos. Temos de ser contra.

Então apenas uma opinião, eu também sou contra o aeroporto em Parelheiros, mas acho que o plano diretor precisa ser valorizado nisso. Ele está dando passos muito importantes na defesa do meio ambiente na Cidade, principalmente porque mantém o caráter rural das



zonas que são rurais e estão perdendo essa característica. Estão perdendo essa noção de que precisam continuar sendo rurais para resistir à área urbana, porque senão vamos ficar apenas com uma mancha vermelha e não mais uma cidade, ou algum lugar em que as pessoas possam viver e viver felizes.

Também não adianta criar apenas uma normatização. Precisamos criar também serviços. Como disse, trabalho nessas regiões e é muito difícil até manter um parque que já existe há 40 anos, como o Parque Guarapiranga, porque não temos um serviço de qualidade voltado para isso.

Quero propor que no artigo 182, um novo inciso crie um órgão de estruturação da gestão e regularização fundiária para a ordenação das áreas de zona rural do Município, mantendo diálogo com o Incra e com as diversas secretarias e subprefeituras que apresentam essas zonas para a gestão integrada do território rural e da assistência técnica para incrementar os polos de desenvolvimento sustentável, rural e de turismo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Muito obrigado, Leôncio. Tem a palavra o último inscrito, Sr. Mário Bortoto, Assessor do Vereador Toninho Vespoli.

**O SR. MÁRIO BORTOTO** – Bom dia a todos.

Quero dizer que o Vereador Toninho Vespoli é totalmente contra o aeroporto em Parelheiros.

Quero votar o tema de resíduos sólidos e dar uma reforçada no que falei ontem na audiência pública da zona Norte com relação aos equipamentos do PGR, o Plano de Resíduos Sólidos da cidade de São Paulo. A nossa proposta é: qualquer equipamento que se pretende instalar na cidade de São Paulo tem de ser precedido de estudos técnicos e ambientais e que tenha ampla participação da população da cidade de São Paulo na sua implementação.

O Vereador Nabil falou que se trata de um problema histórico sermos contra os aterros e os lixões em Perus. Isso não é histórico. Passamos 27 anos aguentando um lixão em

Perus. A gente chama de aterro sanitário quando é longe da nossa casa; mas quando ele fica perto da nossa casa, vira um lixão.

São Paulo tem a oportunidade de avançar nessas questões.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Aterro sanitário é quando “tucanaram” o lixão. No fundo é isso, é a forma tucana de chamar o lixão.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Inclusive todas as administrações.

Temos a oportunidade de avançar no sentido de reverter uma prática na cidade de São Paulo de fazer licitações milionárias para monopólios de empresas que coletam lixo e o encaminham a algum lugar; incluindo na cidade de São Paulo milhares de catadores, carroceiros e moradores de ruas que não têm nenhum programa para esta Cidade.

Então, em vez de se construir ecoparques e usinas de processamento de coleta seletiva com 100, 200 ou 300.000 m<sup>2</sup>, na periferia da Cidade, porque lá que sobraram essas grandes áreas verdes que estamos tentando preservar; que se reverta isso e tragam para a Cidade equipamentos menores, de microprocessadores, envolvendo esses catadores, carroceiros, que precisam ser pagos pelos serviços ambientais, porque os coitados carregam carroças pesadas sabendo que existe tecnologia suficiente para tirá-los dessa condição com uma nova proposta de coleta seletiva para resolver o problema do lixo na cidade de São Paulo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Anuncio a presença dos nobres Vereadores Ricardo Nunes, Dalton Silvano.

Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Young.

**O SR. RICARDO YOUNG** – Eu acho que todas essas audiências públicas em torno do Plano Diretor estão nos proporcionando uma excelente oportunidade de discutir os problemas da Cidade como há muitos anos não fazíamos. Estamos tendo a oportunidade de olhar, com lupa, alguns problemas nos territórios mais isolados, que exigirão muito trabalho pela frente.

Concordo com o nobre Vereador Nabil que o Plano Diretor avançou muito nas questões ambientais. Só não avançou mais porque esta Cidade já existe, e não estamos inventando, planejando uma cidade do zero. Esta é uma das cidades mais disfuncionais do mundo, das menos planejadas do mundo, e nossa herança é maldita porque carregamos a irresponsabilidade de gestores públicos de várias décadas.

E mais, nós também temos carregamos o ônus de termos vivido numa ditadura, quando os movimentos organizados não podiam se manifestar e muito menos interceder e participar dos processos do desenvolvimento da Cidade. Se V.Exas. estão revoltados com a situação atual, vamos voltar para o tempo quando o Sr. Paulo Maluf foi Prefeito desta Cidade ou em tempos um pouco mais recentes, antes da redemocratização, quando as decisões aqui eram tomadas por gabinetes, em cima de interesses econômicos e ponto final.

Essa não é a nossa realidade hoje. Então, nós não estamos só tentando avançar num Plano Diretor que humanize e dê melhores condições para essa Cidade no futuro. Também estamos tentando resgatar os efeitos e as consequências de políticas públicas equivocadas durante décadas. São Paulo sofreu um êxodo rural de adensamento absolutamente caótico nos últimos 40 anos. As décadas de 70 e 80 foram anos em que essa Cidade quase duplicou de tamanho, em função do êxodo rural.

Temos de ter consciência de que o Plano Diretor não é um passe de mágica. O Plano Diretor é a grande oportunidade que nós temos de olhar para todos os interesses em conflito, que são muitos nesta Cidade. Conseguimos construir, num ambiente democrático, as melhores propostas para a Cidade. Essas propostas não significam que nós vamos conseguir fazer milagres. Também não significa que nós vamos fazer o impossível. A vontade da maioria, senão de todos, será frustrada em algum grau. A maior ou menor frustração vai depender da capacidade de negociação das partes envolvidas.

Há uma providência que nós deveríamos adotar de agora em diante. Por quê? Porque a comissão está aprovando esse Plano Diretor e vai mandar para o plenário para

votação em primeira. Depois haverá a votação em segunda. Nesse momento entre a primeira e a segunda, é a hora de serem feitas as emendas resultantes de negociação. A minha vontade não vai poder prevalecer sobre a vontade dos Vereadores Andrea Matarazzo, Ricardo Young ou Dalton Silvano. Vamos ter de negociar posições, e a negociação vai se dar por meio do que a correlação de forças, na Cidade, puder determinar, aquilo que estiver dentro dos limites da legalidade, aquilo que estiver dentro das legislações já consolidadas, como, por exemplo, a Lei das Mudanças Climáticas no município, as Leis de Uso e Ocupação do Solo, as leis ambientais que estão presentes e assim por diante.

Nós temos de trabalhar com muita calma. Entendo as radicalizações dos discursos feitos, mas não há uma única parte interessada naquela discussão do Parque Augusta. Isso ocorre também com relação ao Aeroporto de Parelheiros. Eu sou radicalmente contra ele. Passei toda a sexta-feira inteira em Parelheiros, verificando o porquê e o porquê não desse aeroporto. Há alguns colegas na Mesa interessados no Aeroporto de Parelheiros. Se não for apresentado um plano consolidado de desenvolvimento da região dentro da sua vocação rural e de turismo ambiental, não há sentido discutirmos um aeroporto lá.

Nós temos de convencer o poder econômico, que é importante. Temos de convencer de que ele não pode mais continuar a desenvolver os seus interesses sobre o ambiental. Também temos essa dificuldade nos movimentos sociais. Eu estive na Nova Palestina. É uma invasão em área de mananciais. A minha primeira impressão foi: “Eu vou lá e vou ver uma invasão em área de manancial”. Cheguei lá e vi o movimento organizado altamente consciente da pegada ambiental que os movimentos de Habitação acabando gerando, dispostos a uma interlocução com os movimentos ambientalistas e todos aqueles que têm conhecimento naquela região, para, quando forem construídas habitações de interesse social, elas forem integradas às premissas da construção sustentável e da capacidade que aquela região tem de suportar, em habitações populares.

A sustentabilidade pressupõe um tripé básico: os interesses ambiental, social e

econômico. Temos sentido que o interesse social desconsidera o ambiental; o ambiental desconsidera o social e quando não desconsidera o social, desconsidera o econômico; e o econômico, às vezes, apoia-se no social para desconsiderar o ambiental ou, às vezes, faz o discurso ambiental, para fazer passar os seus interesses.

A discussão sobre o Plano Diretor dá-nos oportunidade de construirmos os interesses em conflito da forma mais benéfica, construtiva e a favor da vida. Esse não é um problema social, é um problema global hoje a questão da vida. O que pudermos fazer, em São Paulo, teremos de fazer de forma negociada.

O Vereador Nabil Bonduki disse que somos um espaço de mediação dos conflitos da sociedade. Temos de construir de forma negociada. Há algumas premissas para isso. Os senhores precisam estar mobilizados, informados e precisam participar e os outros setores que estão em conflito também precisam participar. O social tem de falar com o ambiental, o ambiental tem de falar com o econômico e o econômico tem de falar com o social e ambiental. Aí vamos construindo os consensos possíveis para fazer esse Plano Diretor sair do papel, porque o anterior não saiu. Ele não foi regulamentado. Ele ficou aí parado por dez anos. Por quê? Porque não soubemos fazer essa conversa. Não tivemos condições de construir por meio do diálogo, tirando da democracia o que ela tem de melhor. Esse é o compromisso que temos. O que está no substitutivo está longe de ser o ideal, e precisa ser melhorado em muitos pontos, mas está muito melhor do que a proposta que foi apresentada inicialmente.

Nesse sentido, reitero uma convocação de todos os movimentos e de todas as pessoas que querem realmente uma Cidade sustentável a se articularem, dialogando com as outras partes interessadas, reconhecendo que os senhores não são os únicos nos seus pleitos. Existem outros pleitos e precisamos construir dentro do que sabemos que é absolutamente imperioso, fazendo esta Cidade um lugar melhor para viver, mais sustentável e amigável.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. RICARDO YOUNG** – Eu não reconheço a caravana da Cyrela(?). Se você ler o meu *site*, verá em que condições eles vieram aqui, são moradores da região.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RICARDO YOUNG** – Outra coisa, esta sessão está sendo transmitida pela internet e muitos estão nos acompanhando. O que você está fazendo, Daniel, é exatamente aquilo que estou pedindo para que evitem fazer, não desqualifiquem outros interesses; não desqualifiquem outros movimentos. Dialoguem com eles, vejam o quanto vocês podem avançar com os outros movimentos.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)** – Já fizemos cerca de 60 audiências públicas de discussão do Plano Diretor Estratégico, o que é extremamente positivo. Como Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente entendo que só conhecem os lugares as pessoas que moram ou trabalham neles, pois têm condições de informar e saber as prioridades, os principais problemas e as principais e mais prementes necessidades.

Procuramos ouvir todas as forças e todas as pessoas. Fizemos audiências públicas em cada uma das subprefeituras, mais de uma inclusive. Fizemos várias audiências públicas setoriais e ouvimos bastante, tanto que conforme disse o Vereador Young, o projeto substitutivo que a Comissão deverá votar no dia 23 é substantivamente diferente do apresentado pelo Executivo. Ficou para o dia 23, porque o Vereador Nelo Rodolfo não estaria presente antes dessa data.

Então, o substantivo é muito diferente. Avançou-se muito. O ótimo é inimigo do bom. E ainda pode avançar mais, o objetivo desta audiência é receber as sugestões que recebemos hoje. O Nabil respondeu às perguntas e obviamente iremos absorver algumas coisas. O Vereador Paulo Frange tem analisado também detalhadamente todas elas. Vamos

colocar no anexo do Relatório a ser votado no dia 23. Isso é importante.

Depois de votado o Relatório, vai para o plenário. No plenário, entre a primeira e a segunda votações é o momento também de se fazer as emendas, ou seja, dos diversos grupos e interesses fazerem suas pressões, discussões, etc., e apresentarem suas emendas de acordo com aquilo que interessa. Como estávamos dizendo, o importante também é manter o diálogo aberto com todas as forças da sociedade.

É claro, hoje discordo do Vereador Ricardo Young, pois se temos de entender como área de preservação ambiental, ela vale para fábrica de automóvel, para aeroporto e para invasão também. Não tem que se fazer nada lá. Tem que ser área de preservação ambiental. Essa é a minha opinião, temos de ter coerência nesse sentido.

Mas, independente da área ambiental, a área de habitação teve presença maciça em todas as audiências públicas, por exemplo. E assim, vários segmentos da sociedade estiveram nas subprefeituras. As audiências públicas, principalmente a do Anhembi, foram grandes.

Enfim, estamos fazendo o que é possível e faremos ainda mais. Conseguiremos chegar a um Plano Diretor que leve em conta a preservação, não só ambiental, mas da Cidade, das Zonas Estritamente Residenciais, do patrimônio cultural e do desenvolvimento da Cidade. Temos de levar em conta que a Cidade não pode parar, tem de continuar se desenvolvendo, mas com melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Cidade desenvolvida é a que tem qualidade de vida. Não adianta ter uma economia maravilhosa e as pessoas viverem mal, isso não é desenvolvimento. Isso é um modelo que países atrasados estão usando, de grande desenvolvimento sem qualidade de vida. Temos de buscar a principal riqueza, o ser humano com qualidade de vida como ele quer. É o que temos de buscar para São Paulo dentro do possível, obviamente. A luta é essa e a reivindicação da sociedade é fundamental no debate.

Agradeço a presença e a participação de todos. Não havendo nada mais a tratar

encerro a 2ª audiência pública do Plano Diretor da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos.

---